



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**  
**PROCESSO Nº 93315/2025**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA				
09h00min do dia 22/06/2026				
OBJETO				
<b>Aquisição de 800 (oitocentas) caminhas infantis empilháveis e 60 (sessenta) armários escolares.</b>				
VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO				
<b>R\$314.814,00 (trezentos e quatorze mil, oitocentos e quatorze reais).</b>				
Legislação	Registro de Preços	Instrumento Contratual		Critério de Julgamento
14.133/2021	Sim	Contrato		MENOR PREÇO
Licitação Exclusiva ME/EPP	Reserva Cota ME/EPP	Vistoria	Exige Amostra ou Catálogo	Modo de Disputa
Não	Não	Não	Não	Aberto e Fechado
Pedido de Esclarecimento e Impugnações				
Até 03 (três) dias úteis, antes da data de abertura da sessão pública, para os endereços eletrônicos: <a href="mailto:cpl@paranagua.pr.gov.br">cpl@paranagua.pr.gov.br</a> e <a href="mailto:bianca.freitas@paranagua.pr.gov.br">bianca.freitas@paranagua.pr.gov.br</a> ou demais condições do Edital.				
Observações Gerais				
<p>O pregão será realizado exclusivamente por meio da plataforma COMPRAS.GOV.BR disponível pelo link <a href="https://www.comprasnet.gov.br/seguros/loginPortalUASG.asp">https://www.comprasnet.gov.br/seguros/loginPortalUASG.asp</a> para o recebimento de propostas, abertura, disputa de preços e demais atos; O edital está disponível para download sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Paranaguá: <a href="http://www.paranagua.pr.gov.br">www.paranagua.pr.gov.br</a> (Portal da Transparência → Suprimentos → Compras → Licitações), <a href="https://www.compras.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras">https://www.compras.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras</a> e <a href="http://www.gov.br/pncp/pt-br">www.gov.br/pncp/pt-br</a> (Portal Nacional de Contratações Públicas);</p> <p>Os trabalhos serão conduzidos pela pregoeira <b>Bianca Freitas de Souza Russo</b> e equipe de apoio, designados pelo Decreto Municipal n.º 1.203/2025.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>E-mail: <a href="mailto:cpl@paranagua.pr.gov.br">cpl@paranagua.pr.gov.br</a> e <a href="mailto:bianca.freitas@paranagua.pr.gov.br">bianca.freitas@paranagua.pr.gov.br</a></li><li>Telefones: (41) 3721-1810</li><li>Endereço: Rua Júlia da Costa, nº 322 – CEP 83.203-060, Paranaguá / Paraná</li></ul> <p>O atendimento será feito das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 18h00min, dias úteis, horário de Brasília/DF.</p>				



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

## **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

**PROCESSO Nº 93315/2025**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

### **ÍNDICE**

1. PREÂMBULO
2. DO OBJETO
3. DO PREÇO MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO
5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
7. DO CREDENCIAMENTO NO COMPRAS.GOV
8. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
9. DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS
10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
11. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES
12. DA NEGOCIAÇÃO
13. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS
14. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
15. DAS AMOSTRAS
16. DA HABILITAÇÃO
17. DOS RECURSOS
18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
19. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DA GARANTIA DO PRODUTO
20. DO PRAZO DE VIGÊNCIA
21. GARANTIA PARA HABILITAÇÃO CONTRATUAL
22. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO
23. DAS SANÇÕES
24. FRAUDE E CORRUPÇÃO
25. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO
26. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
27. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
28. INDICAÇÃO DO FISCAL E SUBSTITUTO
29. MEDIDAS ACAUTELADORAS
30. DISPOSIÇÕES FINAIS



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

#### **PROCESSO Nº 93315/2025**

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

#### **ANEXOS**

- ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
- ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP
- ANEXO III – MINUTA DO FUTURO E EVENTUAL CONTRATO ADMINISTRATIVO
- ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
- ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ARTIGO 7º – INCISO XXXIII
- ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS
- ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
- ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE
- ANEXO IX – DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO
- ANEXO X - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### 1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, pessoa jurídica de direito público, através da Secretaria Municipal de Educação, por intermédio da Pregoeira nomeada através do Decreto nº 1.203/2025, publicado no DOMP em data de 11/06/2025, torna público que, fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, por Sistema de Registro de Preços, critério MENOR PREÇO, visando a aquisição de **800 (oitocentas) caminhas infantis empilháveis e 60 (sessenta) armários escolares, destinados às unidades de ensino da rede municipal**, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos e, em conformidade com a autorização contida no(s) auto(s) do Processo nº **93315/2025** e anexos, cujo procedimento está adstrito as seguintes normas de regência: Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Municipal nº 4.319/2023 a ser processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1.2. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recurso de tecnologia da informação – INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.3. Os trabalhos serão conduzidos por servidora pública designada por ato interno, denominado PREGOEIRA, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos pela plataforma COMPRAS.GOV.BR.

1.4. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), conforme datas e horários definidos:

<b>DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO PROPOSTAS</b>	<b>ATÉ AS 08:59 H DO DIA 22/06/2026</b>
<b>DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA</b>	<b>09:00 H DO DIA 22/06/2026</b>

1.5. As impugnações ao presente edital poderão ser feitas até as 23:59 horas do 3º (terceiro) dia útil anterior à data fixada para a realização da sessão pública do pregão, por qualquer cidadão ou licitante, de acordo com o especificado no item 5 do presente Edital.

1.6. Os esclarecimentos sobre o conteúdo do Edital e seus Anexos somente serão prestados e considerados quando solicitados por escrito à Pregoeira ou à Equipe de Apoio, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, endereçados ao e-mail's: [cpl@paranagua.pr.gov.br](mailto:cpl@paranagua.pr.gov.br) e [bianca.freitas@paranagua.pr.gov.br](mailto:bianca.freitas@paranagua.pr.gov.br).

As respostas a todos os questionamentos (dúvidas ou esclarecimentos) poderão ser comunicados por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, e serão disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Paranaguá: [www.paranagua.pr.gov.br](http://www.paranagua.pr.gov.br), no link Licitações Municipais, para ciência de todos os interessados.

1.6.1. A pregoeira deverá decidir sobre a petição de esclarecimento no prazo de até 01 (um) dia útil, após o recebimento.

1.7. Os atos e decisões da presente licitação poderão ser comunicados por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, e serão disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Paranaguá: [www.paranagua.pr.gov.br](http://www.paranagua.pr.gov.br), no link Licitações Municipais, para ciência de todos os interessados.

1.8. Edital e seus Anexos podem ser obtidos na Secretaria Municipal de Governo, Departamento de Licitações e Suprimentos da Prefeitura Municipal de Paranaguá – PR das 08:00 às 11:00 e das



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13:00 às 18:00 horas nos dias úteis, e disponíveis para download no site [www.paranagua.pr.gov.br](http://www.paranagua.pr.gov.br), no link Transparência – Licitações Municipais.

### 2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a aquisição de 800 (oitocentas) caminhas infantis empilháveis e 60 (sessenta) armários escolares, destinados às unidades de ensino da rede municipal - SEMEDI, de acordo com os quantitativos e especificações contemplados no Estudo Técnico Preliminar – ETP e no Termo de Referência.

2.2. A licitação será dividida em 02 (dois) lotes, conforme tabela constante do item 3.2. deste edital.

### 3. DO PREÇO MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor máximo da licitação atinge o montante de **R\$314.814,00 (trezentos e quatorze mil, oitocentos e quatorze reais)**, para quantitativo constante nas tabelas a seguir.

3.2. São fixados os seguintes preços máximos por lote, conforme descrito na tabela abaixo constante:

LOTE	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Caminha empilhável confeccionada em estrutura tubular metálica com pintura epóxi, leito em tela sintética lavável e respirável, bordas arredondadas para maior segurança e pés com encaixe que permitem empilhamento estável. Possui dimensões adequadas para crianças da educação infantil, garantindo conforto, durabilidade e fácil higienização.	unidade	800	R\$ 317,49	R\$ 253.992,00
2	Armário escolar confeccionado em MDF de alta densidade revestido em laminado melamínico, com bordas em fita de PVC e cantos arredondados para segurança. Possui prateleiras internas, portas com puxadores anatômicos e ventilação adequada, garantindo resistência, durabilidade e fácil limpeza no uso escolar diário.	unidade	60	R\$1.013,70	R\$ 60.822,00
<b>TOTAL:</b>					<b>R\$314.814,00</b>

3.3. Os recursos decorrentes da presente aquisição deverão ser empenhados nas seguintes dotações orçamentárias:



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

PROCESSO Nº 93315/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Referência dotação	Órgão	Unidade	Função	Ação	Elemento	Vínculo
1799	11	02	12	2082	34490520000000000000	1647

#### 4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1. O critério de julgamento da presente licitação é o MENOR PREÇO DO ITEM.

4.2. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

#### 5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para solicitar esclarecimento sobre seus termos ou para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da **Lei nº 14.133, de 2021**, devendo protocolar o pedido até as 23h59min do 3º dia útil antes da data da abertura do certame.

5.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2.1. Não serão conhecidas as impugnações interpostas por fax e/ou vencidos os respectivos prazos legais.

5.3. A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida à Pregoeira, contendo o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa, número do CNPJ, telefone, endereço eletrônico e fac-símile para contato, devendo ser protocolada na Secretaria Municipal da Administração no Protocolo Geral, sito a Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas, ou encaminhada através de e-mail no endereço eletrônico: [cpl@paranagua.pr.gov.br](mailto:cpl@paranagua.pr.gov.br) e [bianca.freitas@paranagua.pr.gov.br](mailto:bianca.freitas@paranagua.pr.gov.br).

5.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.5. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

#### 6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderá participar do presente Pregão Eletrônico as empresas, que atendem as condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas e que atendam a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

6.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

6.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.5. A empresa de pequeno porte ou microempresa que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), e que pretende utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, deverá comprovar o seu enquadramento em tal situação jurídica através de Certidão expedida pela Junta Comercial ou mediante apresentação de Declaração assinada pelo responsável legal, de que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos legais para qualificação como microempresa e empresa de pequeno porte, de acordo com a legislação vigente, que serão consideradas válidas até 01 (um) ano após a data de sua emissão.

6.5.1. A Certidão, ou a Declaração, mencionada no item anterior deverá ser apresentada junto aos documentos de habilitação da empresa.

6.5.2. A responsabilidade pelo enquadramento conforme previsto nos itens anteriores é única e exclusiva da licitante que, inclusive, sujeita-se a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

6.6. É vedada a participação de licitantes que:

- a) não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) sejam Autores do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoas físicas ou jurídicas, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c) sejam empresas isoladamente ou em consórcio, responsáveis pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresas da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d) sejam pessoas físicas ou jurídicas que se encontrem, ao tempo da licitação, proibidas de participar de licitação em decorrência de sanção que lhes foi imposta;
- e) mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) sejam empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) sejam pessoas físicas ou jurídicas que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h) sejam Agentes Públicos do Órgão ou Entidade licitante;
- i) sejam Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
- j) se encontrem em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação.
- k) estejam constituídas sob a forma de consórcio.
- l) É vedada a participação do órgão ou entidade em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade da ata decorrente da presente licitação, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

6.6.1. O impedimento de que trata a alínea 'h' do item 6.6, também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a

ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.6.2. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas 'b' e 'c' do item 6.6. poderão participar no apoio das atividades de

planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

6.6.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.6.4. O disposto nas alíneas 'b' e 'c' do item 6.6. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.6.5. A vedação de que trata alínea 'h' do item 6.6. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6.6.6. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar desta licitação desde que comprovada, respectivamente, a aprovação ou homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005.

6.6.7. É vedada a participação de empresas em consórcio na licitação, pelas seguintes justificativas:

a) A vedação quanto à participação de empresas em consórcio não limitará a competitividade da licitação;

b) A participação de empresas em consórcio somente é recomendável quando o objeto for "de alta complexidade ou de grande vulto econômico", situações em que empresas isoladamente não teriam condições de atender aos requisitos de habilitação técnica ou de qualificação econômico-financeira.

6.7. Declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

6.8. A participação na presente licitação implica aceitação plena das condições expressas neste edital e seus anexos.

## 7. DO CREDENCIAMENTO NO COMPRAS.GOV.BR

7.1. Poderão participar deste certame as interessadas estabelecidas no País, que estiverem previamente CREDENCIADAS junto ao Portal de Compras do Governo Federal ([www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)), que atendam todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, com ramo de atuação/atividade pertinente ao objeto da licitação.

7.2. A autoridade competente do órgão ou da entidade promotora da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participarem do pregão, na forma eletrônica, deverão ser previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico.

7.2.1 O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

7.3. Na hipótese de pregão promovido por órgão ou entidade integrante do Sisg, o credenciamento do licitante e sua manutenção dependerão de registro prévio e atualizado no Sicaf.

O credenciamento no Sicaf permite a participação dos interessados em qualquer pregão, na forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro no Sicaf tenha sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal.

7.4 Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

7.4.1. Credenciar-se previamente no Sicaf ou, na hipótese de que trata o §2º do art. 5º do Decreto Federal 10.024/2019, no sistema eletrônico utilizado no certame;

7.4.2. Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

7.4.3. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

7.4.4. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

7.4.5. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

7.4.6. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

7.4.7. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

7.5. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

7.6. Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, inclusive por meio da Lei Complementar 147/2014, e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento, acrescentar as expressões “Microempresa”, “Empresa de Pequeno Porte”, ou suas respectivas abreviações “ME”, “EPP”, à sua firma ou denominação, conforme o caso.

7.6.1. Caso o licitante já esteja cadastrado no Sistema e não constem os dados acima em sua firma ou denominação, deverá providenciar a alteração de seu cadastro no Sistema junto ao Portal de Compras do Governo Federal.

7.6.2. Nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006: A obtenção do benefício a que se refere o item 7.6. fica limitada às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno porte.

7.7. A comprovação de que trata o subitem 7.6, quanto à condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME ou EPP), será realizada quando da entrega dos documentos de habilitação, pela licitante detentora do melhor lance ou proposta, através de um desses documentos:

7.7.1. Contrato Social, registrado na Junta Comercial, constando a condição de ME ou EPP;

7.7.2. Certidão de optante pelo SIMPLES emitido pela Receita Federal.

## 8. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

8.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio de digitação de senha pessoal e intransferível do credenciado do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido. OBS: a informação dos dados para acesso deve ser feita na plataforma COMPRAS.GOV.BR.

8.2. Como requisito para a participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

8.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas em Lei.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

#### **PROCESSO Nº 93315/2025**

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

8.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, bem como pela sua desconexão.

8.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.

### **9. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA**

9.1. A proposta eletrônica deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio do site [compras.gov.br](https://compras.gov.br) a partir da liberação do Edital, até as **08h59 horas do dia 22 de junho de 2026**, horário de Brasília-DF.

9.2. O licitante deverá registrar normalmente a sua proposta para cada um dos itens/lotos.

9.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

9.4. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

9.5. Ocorrendo discordância entre o valor numérico e por extenso contido na proposta, prevalecerá este último, e no caso de discordância entre o valor unitário e total, prevalecerá o primeiro.

9.6. A proposta deverá ser ofertada pelo valor unitário do item.

9.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.11. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante classificado em primeiro lugar.

9.12. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

### **10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

10.1. A partir das 09h00 horas do dia 22 de junho de 2026, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguros/loginPortalUASG.asp>, será aberta por comando da Pregoeira, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

#### **PROCESSO Nº 93315/2025**

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

10.2. A comunicação entre a Pregoeira e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

10.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

10.4. Aberta a sessão, após a disputa a Pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou que identifiquem o licitante.

10.5. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação da pregoeira em contrário.

10.7. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas que participarão da fase de lances.

### **11. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

11.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas eletrônicas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor do lance. Após a fase de disputa a Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

11.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor do menor preço do item de acordo com o praticado no mercado, em algarismo (total), em moeda corrente nacional (R\$).

11.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, para acompanhamento de todos os participantes.

11.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.2. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**11.3. A ETAPA DE LANCES DA SESSÃO PÚBLICA TERÁ DURAÇÃO DE 10 (DEZ) MINUTOS E, APÓS ISSO, SERÁ PRORROGADA AUTOMATICAMENTE PELO SISTEMA QUANDO HOUVER LANCE OFERTADO NOS ÚLTIMOS DOIS MINUTOS DO PERÍODO DE DURAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA.**

**11.4. A PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA DA ETAPA DE LANCES, DE QUE TRATA O ITEM ANTERIOR, SERÁ DE DOIS MINUTOS E OCORRERÁ SUCESSIVAMENTE SEMPRE QUE HOUVER LANCES ENVIADOS NESSE PERÍODO DE PRORROGAÇÃO, INCLUSIVE NO CASO DE LANCES INTERMEDIÁRIOS.**

**11.5. NÃO HAVENDO NOVOS LANCES NA FORMA ESTABELECIDA NOS ITENS ANTERIORES, A SESSÃO PÚBLICA ENCERRAR-SE-Á AUTOMATICAMENTE.**



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

11.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

11.7. O intervalo mínimo entre os lances será de R\$1,00 (um) real.

11.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.9. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Plataforma COMPRAS.GOV.BR.

11.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.14. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previsto nos Art. 44 e Art. 45 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no art 60 da lei 14133/2021, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

11.15. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

11.16. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

11.17. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.18. A Pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **06 (seis) horas uteis**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada se for o caso, dos documentos de habilitação e complementares, quando necessários a confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.19. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Após o encerramento da etapa de lances, a Pregoeira poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### 13. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1. Encerrada a etapa de lances e a negociação no sistema a Pregoeira abrirá prazo de **06 (seis) horas** para que o licitante provisoriamente vencedor encaminhe, via sistema, a PROPOSTA FINAL ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, assim como demais documentos exigidos no Edital. É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa jurídica, em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

13.1.2 Desde que devidamente fundamentado, o envio da documentação poderá ser realizado por e-mail, através dos endereços eletrônicos: [cpl@paranagua.pr.gov.br](mailto:cpl@paranagua.pr.gov.br) e [bianca.freitas@paranagua.pr.gov.br](mailto:bianca.freitas@paranagua.pr.gov.br).

13.1.3. A proposta e os lances formulados deverão indicar preços unitários e globais por item, de acordo com os praticados no mercado, em algarismo e por extenso em moeda corrente nacional (R\$), com apenas duas casas decimais (0,00), atualizados conforme lances eventualmente ofertados.

13.2. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada (art. 59, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

13.2.1. Em caso de divergência entre os valores unitários e globais, serão considerados os primeiros, e entre os valores em algarismo e por extenso, será considerado este último.

13.3 A proposta escrita deverá ser apresentada por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância as especificações contidas neste edital, nela contendo obrigatoriamente:

- a) Descrição detalhada de cada item, de acordo com o Termo de Referência do Edital;
- b) Data e assinatura do representante legal da proponente;
- c) Número da conta corrente e agência bancária;
- d) Razão social, CNPJ, CEP, telefone/fax, e-mail e pessoa de contato;
- e) Preços unitários e o global, do item.
- f) Declaração de que o item, objeto deste procedimento licitatório, será entregue pela empresa contratada no endereço do órgão solicitante, nos prazos estabelecidos neste edital, mediante recebimento da nota de empenho.
- g) Declaração do licitante de que garantirá a substituição dos materiais, sem ônus para a administração Municipal, durante o prazo de validade dos mesmos, caso venham a apresentar vícios e/ou defeitos;
- h) Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contado a partir da data da apresentação;
- i) É vedada a identificação do licitante no campo "informações adicionais" no sistema eletrônico, antes da fase de lance;
- j) Dados do representante legal (nome, CI, CPF) com poderes específicos para assinar o Contrato e/ou Ata, conforme Anexo IX deste Edital).

13.4. Os preços ofertados serão fixos e só reajustáveis na forma da Lei.

13.5. A proposta apresentada e os lances formulados deverão constar de forma clara e precisa, mediante planilha simples de composição de custos, na qual deverá estar incluído todas e quaisquer despesas necessárias para fornecimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, para fiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela Autoridade Competente.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

#### **PROCESSO Nº 93315/2025**

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

13.6. Não serão aceitas cobranças posteriores de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei, após apuração e aprovação em processo administrativo próprio para esse fim.

13.7. Não serão admitidas cotações de preços para produtos usados, recondicionados ou recuperados sob qualquer forma.

### **14. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

14.1. Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, a Pregoeira examinará as propostas classificadas quanto às especificações do objeto ofertado e compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

14.2. A Pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Paranaguá ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

14.3. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

14.4. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

14.5. A Pregoeira poderá fixar prazo para o reenvio das planilhas de composição de preços quando o preço unitário ofertado for aceitável, mas os preços totais que a compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pela Prefeitura Municipal de Paranaguá.

14.6. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

14.7. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

14.7.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

14.7.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

14.7.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

14.7.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

14.7.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

14.7.6. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

14.7.7. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

14.7.8. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

#### **PROCESSO Nº 93315/2025**

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

14.8. A adequação da proposta na forma dos itens anteriores não poderá acarretar majoração de seu valor global, sem prejuízo do contido no item 14.11.d.

14.9. Se a proposta do licitante melhor classificado não for aceitável ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação do certame, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

14.10. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica.

14.11. Serão desclassificadas as propostas:

- a) Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
- b) Que apresentem preços baseados exclusivamente em propostas das demais proponentes;
- c) Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento, e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;
- d) Com valor superior aos preços máximos estabelecidos no presente Edital;
- e) Que para sua viabilização indiquem: condições genéricas de cobertura de outras propostas; subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei; que se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos; ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;
- f) Que após diligências, não forem corrigidas ou justificadas.

### **15. DAS AMOSTRAS**

15.1. Não será necessária a apresentação de amostras.

### **16. DA HABILITAÇÃO**

16.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com o prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará o Pregão, à vista dos originais ou publicação em órgão da imprensa oficial, não sendo aceitos "protocolos" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos neste edital.

16.2. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

16.3. Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária emitidas pela internet.

16.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:

16.4.1. Na forma prevista em lei, e, quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;

16.4.2. Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

16.4.3. Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

16.4.4. Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório.

16.5. Para a habilitação dos licitantes, será exigida a documentação relativa:





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- 16.5.1. À habilitação jurídica;
- 16.5.2. À qualificação econômico-financeira;
- 16.5.3. À regularidade fiscal e trabalhista;
- 16.5.4. À qualificação técnica

#### 16.6. Documentos relativos à habilitação jurídica:

16.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.6.2. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

16.6.3. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, em se tratando de Sociedade Simples;

16.6.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

16.6.5. Cópia da Cédula de Identidade do representante legal;

16.6.6. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

16.6.7. Comprovação de ME ou EPP.

#### 16.7. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

16.7.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;

16.7.2. O licitante que esteja em processo de recuperação judicial, deverá apresentar autorização do juízo competente para sua participação em processo licitatório.

16.7.3. Balanço Patrimonial e demonstrativos contábeis, dos dois últimos exercícios (Lei nº6404/76). Os balanços das Sociedades Anônimas ou por Ações, deverão ser apresentadas em publicações do Diário Oficial. As demais empresas deverão apresentar balanços autenticados e arquivados na Junta Comercial do local da sede da empresa, certificados com Contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, mencionando expressamente o número do livro "Diário", com o termo de abertura e de encerramento, e as folhas em que cada balanço se acha regularmente inscrito;

16.7.8. A situação financeira da licitante será avaliada através do demonstrativo de cálculo dos índices de liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Endividamento Total (ET), assinado por contador registrado no CRC (Conselho Regional de Contabilidade), os quais deverão ser calculados na forma abaixo e obedecer aos seguintes parâmetros:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo/ Passivo Circulante + Exigível a Longo prazo, maior ou igual a 1,0 LC = Ativo Circulante/passivo Circulante, maior ou igual a 1,0 ET = Exigível Total/ Ativo total, menor ou igual a 1,0.

#### 16.8. Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

#### **PROCESSO Nº 93315/2025**

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

16.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

16.8.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, bem como às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

16.8.3. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

16.8.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

16.8.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

16.8.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

16.9. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

16.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

16.9.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

16.9.3. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

16.9.4. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação, caso ainda não o tenha feito, e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

16.10. As certidões de comprovação da regularidade fiscal dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data da abertura da sessão pública.

16.11. Para as demais certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

16.12. A documentação relativa aos subitens 16.6, 16.7.1 e 16.8, poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela Prefeitura do Município de Paranaguá – PMPGUÁ, sendo necessários que os mesmos se encontrem listados no CRC, e dentro do prazo de validade. Caso contrário, a licitante fica obrigada a apresentá-los no ato da apresentação da documentação habilitatória.

16.12.1. Em caso de apresentação do CRC, a licitante deverá, obrigatoriamente, firmar declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

16.13. Documentos relativos à qualificação técnica

16.13.1. Certidões ou atestados, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços/fornecimento dos projetores equivalente ou superior;

16.13.2. Os atestados de capacidade técnica deverão ser emitidos por Pessoa Jurídica, de direito público ou privado, contendo todas as informações;

16.13.3. Os atestados deverão possuir quantidades mínimas de 10% (dez por cento) da quantidade licitada.

16.14. Documentação complementar:

16.14.1. Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (Anexo V);

16.14.2. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, nos termos do inciso I, do artigo 63º, da Lei Federal n.º 14.133/2021 (Anexo VI);

16.14.3. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do inciso IV, do artigo 63º, da Lei Federal n.º 14.133/2021 (Anexo VII);

16.14.4. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º, ambos da Constituição Federal (Anexo VIII);

16.14.5. Em caso de ME/ EPP, declaração de enquadramento em regime de tributação de micro empresa ou empresa de pequeno porte.

16.15. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa.

16.16. A regularidade exigida por ocasião da licitação deverá manter-se durante o prazo contratual.

## 17. DOS RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

#### **PROCESSO Nº 93315/2025**

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

17.2. Declarado o vencedor da licitação, após o término do julgamento da proposta e dos documentos de habilitação, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

17.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas em campo próprio no sistema, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata.

17.4. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar contrarrazões, em campo próprio no sistema, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente ou da data da intimação.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de até 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. Na elaboração da decisão acerca do recurso, o Pregoeiro e/ou a Autoridade Competente serão auxiliados, quando necessário, pelo setor técnico competente e pelo setor jurídico.

17.10. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.11. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.12. Os recursos e contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos à Pregoeira e poderão ser enviados através do e-mail disponibilizado no Edital no item 1.6., considerando que, posteriormente, os originais deverão ser protocolizados no Protocolo Geral da Secretaria Municipal de Administração – Departamento de Licitações e Suprimentos da Prefeitura Municipal de Paranaguá, sito a Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá-PR. A Pregoeira deverá recebê-los, examiná-los, julgá-los e submetê-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão, nos termos do artigo 165 da Lei 14.133/2021.

17.13. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

17.14. Não havendo recurso, a Pregoeira adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

17.15. Os interessados ficam obrigados a acessar o sistema Compras.gov.br, para obter a resposta ao recurso apresentado.

17.16. A publicidade do julgamento dos eventuais recursos se dará na forma prevista no item 1.7 do presente Edital.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### 18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1 Conforme art. 71 da Lei nº 14.133/2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

18.2 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado.

18.3 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

18.4 Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do processo licitatório.

18.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará e adjudicará o objeto ao vencedor.

18.6 A adjudicação do objeto do presente será viabilizada pela Pregoeira sempre que não houver recurso.

18.7 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

### 19. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DA GARANTIA DO PRODUTO

#### 19.1. Requisitos Gerais de Qualidade

19.1.1. Produtos novos, de primeiro uso e livres de defeitos;

19.1.2. Materiais não tóxicos, laváveis e de fácil limpeza, adequados ao ambiente infantil;

19.1.3. Estruturas com bordas e cantos arredondados, garantindo segurança no manuseio e uso;

19.1.4. Garantia mínima de 12 (doze) meses a contar do recebimento definitivo;

19.1.5. O fabricante deverá possuir certificação ISO 9001 ou equivalente;

19.1.6. Entrega e montagem deverão ocorrer no almoxarifado da secretaria

#### 19.2. Forma de Execução

A execução do objeto será realizada mediante fornecimento e entrega de caminhas empilháveis e armários escolares, nas quantidades e especificações estabelecidas neste Termo de Referência,



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

#### **PROCESSO Nº 93315/2025**

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

abrangendo todas as etapas necessárias para o cumprimento integral da obrigação contratual, incluindo:

19.2.1. Transporte, descarga, entrega e montagem dos mobiliários nas unidades escolares indicadas pela Secretaria Municipal de Educação;

19.2.2. Fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários para a perfeita execução do serviço;

19.2.3. Acondicionamento adequado dos produtos durante o transporte e armazenamento, assegurando a integridade física até o recebimento definitivo;

19.2.4. Embalagem individual e proteção adequada contra impactos, umidade e poeira, garantindo a preservação das camisas e armários;

19.2.5. Assistência técnica e substituição de peças ou itens defeituosos durante o período de garantia.

A execução será acompanhada e fiscalizada pela equipe técnica designada pela Secretaria Municipal de Educação, que verificará a conformidade dos materiais entregues e elaborará o termo de recebimento provisório e definitivo.

#### 19.3. Prazos de Entrega e Montagem

19.3.1. Prazo máximo para início da entrega: até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho ou assinatura do contrato;

19.3.2 Prazo total para conclusão da entrega e montagem: até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho;

19.3.3. Entrega parcelada poderá ser aceita desde que previamente autorizada pela Administração, observando a disponibilidade das unidades escolares e o cronograma de recebimento.

#### 19.4. Local de Entrega

A entrega e montagem dos itens deverão ocorrer no almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação das 08:00 às 17:00 horas de segunda-feira a sexta-feira, o endereço Rua Alberto Gomes Veiga, 897 Vila Horizonte, Paranaguá, Paraná.

#### 19.5. Recebimento dos Bens

19.5.1. O recebimento dos mobiliários ocorrerá em duas etapas, conforme o art. 141 da Lei nº 14.133/2021:

19.5.2. Recebimento Provisório: para efeito de verificação da conformidade dos produtos com o Termo de Referência;

19.5.3. Recebimento Definitivo: após a conferência final e aprovação da equipe técnica responsável, lavrando-se o respectivo termo de recebimento.

19.5.4. O objeto será imediatamente recusado quando entregue com especificações diferentes das contidas no Termo de Referência e da proposta feita no procedimento licitatório.

19.5.5. Constatada esta ocorrência, após a notificação por escrito à empresa contratada, será suspenso o pagamento, até que seja sanada a situação. O objeto que for recusado, a critério da Administração, deverá ser substituído, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

#### **PROCESSO Nº 93315/2025**

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

data da notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Paranaguá.

19.5.6. Se a entrega e/ou a substituição do produto não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor ficará sujeito às sanções administrativas previstas no Edital e no Contrato.

19.5.7. A apresentação do objeto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características, marca, procedência, número do lote, qualidade, quantidade, composição, bem como os riscos que apresentam à saúde e a segurança dos usuários quando for o caso;

19.5.8. Todos os lotes devem ser entregues à contratante em total conformidade com as normas vigentes estabelecidas por órgãos reguladores e fiscalizadores;

19.5.9. O recebimento do objeto, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características do objeto entregue, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo do contrato.

19.5.10. O fiscal do contrato é responsável pelo recebimento dos bens, avaliação e conferência dos materiais entregues. Será procedida a verificação de acordo com as características descritas nesse Termo de Referência, sendo posteriormente aferida a conformidade e atestado por escrito o cumprimento das exigências.

19.5.11. O produto será recusado nos seguintes casos:

a) Quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório, e quando apresentarem qualquer defeito durante a vigência do Contrato;

b) Caso seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo;

c) Caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação.

19.5.12. Uma vez entregues os produtos, iniciar-se-á a etapa de verificação que compreenderá os seguintes procedimentos:

19.5.12.1 Cada produto será verificado de acordo com as características descritas no item 3 deste edital, sendo posteriormente aferida a conformidade e testado o seu perfeito funcionamento.

19.5.13. Todos os lotes devem ser entregues à contratante em total conformidade com as normas vigentes estabelecidas por órgãos reguladores e fiscalizadores.

#### 19.6. Garantia

19.6.1. O fornecedor se obriga a prestar assistência técnica durante o prazo de garantia de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo;

19.6.2. A garantia abrange vícios de qualidade ou quantidade que tornem o objeto impróprio ou inadequado ao uso ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza.

19.7. O fornecedor fica ciente de que se houver incompatibilidade de suas informações, com as características apresentadas pelos produtos estará sujeita as sanções previstas na legislação vigente e a não substituição pelo produto adequado será considerada como recusa de entrega.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### 20. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

20.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas ou no Diário Oficial dos Municípios, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, e ter seus quantitativos renovados nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, combinado com o art. 299 do Decreto Municipal nº 4.319/2023.

### 21. GARANTIA PARA HABILITAÇÃO CONTRATUAL

21.1. Não será exigida garantia para habilitação contratual.

### 22. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

22.1. Os pagamentos serão feitos mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestada pelo Secretário da respectiva Secretaria Municipal, observado os termos do Decreto Municipal 4319/2023, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma através de crédito em conta corrente à agência bancária, constantes na proposta de preços do PROMITENTE FORNECEDOR.

22.2. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira.

22.3. É de responsabilidade da Contratada a emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação. Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

22.4. A Prefeitura Municipal de Paranaguá reserva o direito de não atestar a Nota Fiscal/Fatura para o pagamento caso os materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências contidas neste Edital e seus anexos

22.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$\begin{aligned} I &= \frac{I}{(TX)} = \frac{I}{(6/100)} = \frac{I}{365} = 0,00016438 \\ TX &= \text{Percentual da taxa anual} = 6\%. \end{aligned}$$

22.6. Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

edital.

22.7. O fornecedor deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação durante a vigência do Contrato e das contratações que com base nela se derem, bem como, para requerer o pagamento, deverá apresentar nota fiscal, fatura eletrônica ou instrumento equivalente, acompanhados dos documentos necessários e exigidos quando do certame, nos termos do Edital.

22.8 O fornecedor será notificado para assinar o contrato e/ou documento equivalente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

22.9 Caso o fornecedor venha se recusar a assinar o contrato, a Administração Pública poderá convocar o(s) licitante(s) seguinte(s) na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação.

22.9.1. A recusa injustificada do fornecedor ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo para eventual aplicação de sanções administrativas.

22.10. A licitação deverá ser julgada pelo menor preço do item.

22.11. É obrigatório constar na proposta de preços a marca, modelo, fabricante, procedência e outras especificações necessárias para que se identifique de forma inequívoca o produto ofertado.

22.12. Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente do país, devendo incluir todos os custos diretos e indiretos, julgados necessários pela proponente e todas as incidências que sobre eles possam recair, tais como encargos fiscais, tributos, taxas, impostos e outros.

22.13. O preço unitário estimado para o objeto, encontra-se com a carga tributária completa.

22.14. No valor global da proposta apresentada deverão estar inclusos os Impostos, fretes, encargos sociais e trabalhistas, e demais despesas pertinentes à entrega, instalação, montagem do(s) objeto(s), bem como aquelas decorrentes de eventuais substituições dos mesmos.

22.15. A licitante deverá indicar na proposta a marca de cada produto ou bem por ela cotado, bem como a discriminação completa dos produtos, obedecidas as especificações constantes deste Termo de Referência, sob pena de desclassificação.

22.16. O valor máximo da licitação atinge o montante de **R\$314.814,00 (trezentos e quatorze mil, oitocentos e quatorze reais)**.

### 23. DAS SANÇÕES

23.1. A aplicação de penalidades às licitantes e às contratadas reger-se-á conforme o estabelecido no Título IV, Capítulo I – Das Infrações Administrativas, da Lei nº 14.133/2021.

23.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas descritas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, as seguintes sanções:

23.2.1. Advertência, àquele que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave art. 156, §2º, da Lei Federal 14.133/21;

23.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

#### **PROCESSO Nº 93315/2025**

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

- a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, pelo período de um a três anos;
- b) dar causa à inexecução total do contrato, pelo prazo máximo de três anos;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, pelo prazo máximo de três anos;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, pelo prazo máximo de três anos;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, pelo prazo máximo de três anos;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, pelo prazo máximo de três anos;

#### 23.2.2.1. Considera-se inexecução total do contrato:

- a) recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
- b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

#### 23.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, àquele que:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

23.2.3.1. As infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do Art 155 da Lei Federal 14.133/21, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

23.2.3.2. A aplicação da sanção prevista no item 24.2.3 será aplicada pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 anos;

23.2.4. Multa, que será calculada na forma prevista no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, e poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21, observando-se os seguintes parâmetros:

- a) No caso de inexecução parcial do contrato, nos termos dos incisos I a II do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a multa será de a 5% do valor do contrato.
- b) No caso de inexecução total do contrato, conforme prevista no inciso III do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a multa será de 10% do valor do contrato.
- c) Para infrações descritas nos incisos IV a VII, do art. 155, da Lei nº 14.133/2021 a multa será de 5% do valor do contrato.
- d) Para as infrações descritas nos incisos VIII a XI, do art. 155, da Lei nº 14.133/2021 acima, de 10% do valor do contrato.
- e) Configurado o atraso na entrega/execução do objeto, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) podendo ser cobrado por dia de atraso, calculado sobre o valor total do item/lote, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- f) O atraso na execução/entrega do objeto contratado superior a 30 (trinta) dias autoriza o Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

23.2.5. Configurado o atraso na entrega/execução do objeto, fica estipulado o percentual de 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) podendo ser cobrado por dia de atraso, calculado sobre o valor total do item/lote, limitado ao percentual de 20%. A multa de mora não impede as demais sanções previstas nos termos do art. 162, da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

23.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

23.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações do CONTRATANTE, pela CONTRATADA serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor da CONTRATANTE, ou cobrados judicialmente.

23.5.1. Se a CONTRATADA não tiver valores a receber do CONTRATANTE, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior.

23.6. A aplicação de multas, bem com a rescisão do contrato, não impede que o CONTRATANTE aplique à CONTRATADA as demais sanções previstas neste contrato.

23.7. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.

## 24. FRAUDE E CORRUPÇÃO

24.1. Para os propósitos desta cláusula devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

**a) “prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

**b) “prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

**c) “prática conluída”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

**d) “prática coercitiva”:** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

**e) “prática obstrutiva”:** (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

24.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo;

24.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

### 25. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

25.1. Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Paranaguá o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

25.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

25.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

25.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

### 26. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

26.1. A empresa vencedora da licitação, doravante denominada Contratada, deverá observar integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual, sendo de sua exclusiva responsabilidade:

26.1.2. Fornecer os produtos novos, de primeiro uso, em conformidade com as especificações técnicas e quantidades estabelecidas;

26.1.3. Efetuar o transporte, entrega e montagem dos mobiliários nas unidades escolares designadas, por conta e risco próprios;

26.1.4. Garantir que todos os materiais empregados sejam não tóxicos, laváveis e seguros para uso infantil;

26.1.5. Garantir que a embalagem, o manuseio e o transporte sejam adequados, de modo a evitar danos durante o percurso até o destino final;

26.1.6. Substituir, sem ônus para a Administração, qualquer item que apresente defeitos de fabricação, avarias ou não atenda às especificações estabelecidas;

26.1.7. Prestar assistência técnica durante o prazo de garantia de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo;

26.1.8. Cumprir rigorosamente os prazos de entrega e montagem;

26.1.9. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

26.1.10. Responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio público, servidores ou terceiros, em decorrência de sua atuação;

26.1.11. Atender prontamente às solicitações da fiscalização designada pela Secretaria Municipal de Educação.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

#### **PROCESSO Nº 93315/2025**

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

26.1.12. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia, nota de empenho, número da licitação e do contrato.

26.1.13. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, sempre as suas expensas no todo ou em parte, o objeto, quando se verificar(em) imperfeição(ões), defeito(s) ou incorreção(ões) resultante(s) da entrega ou transporte do mesmo;

26.1.14 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

26.1.15. Arcar com todos os custos necessários ao completo fornecimento dos produtos, bem como ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes;

26.1.16. Se responsabilizar pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da contratação, bem como encontrar-se em regularidade perante o INSS e FGTS;

26.1.17. Responsabilizar-se por danos causados a qualquer agente, que sejam provenientes de falha no funcionamento, redução em níveis de proteção ou segurança, de problemas funcionais apresentados em decorrência de alteração e/ou falha de projeto, de alteração da destinação ou finalidade do equipamento que vise adaptar, reduzir custo, ou auferir lucro indevido, seja por culpa ou dolo, sujeitando-se às sanções legais vigentes.

26.1.18. Executar fielmente o fornecimento do objeto, entregando os produtos nas quantidades pactuadas, de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência.

26.1.19. Comunicar aos representantes da CONTRATANTE, qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante o fornecimento.

26.1.20. A CONTRATADA deverá fornecer declaração comprometendo-se a fornecer peças de reposição originais ou genuínas necessárias à manutenção, pelo período de 5 (cinco) anos ou realizar a substituição por equipamento de configuração superior.

26.1.21. Informar imediatamente a CONTRATANTE as alterações de dados, como, por exemplo, endereços, telefones, nome de representantes, que possam influenciar na comunicação das partes.

26.1.22. Responsabilizar-se pela aquisição de quaisquer equipamentos, softwares, licenças ou componentes necessários ao cumprimento do objeto.

26.1.23. A omissão de qualquer despesa ou custo necessário à perfeita execução do objeto deste Termo de Referência será interpretada como já incluída nos preços, não podendo a CONTRATADA pleitear quaisquer acréscimos não constantes da proposta comercial.

26.1.24. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

26.1.25. Em atendimento ao disposto no art. 31 da Lei nº 8.078/90, a apresentação do equipamento deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características, marca, procedência, qualidade, quantidade, preço, garantia e outros, bem como o(s) risco(s) que apresenta(m) à saúde e a segurança dos usuários, quando for o caso.

26.1.26. No ato da entrega, caso os equipamentos ofertados tenham saído de linha de produção do fabricante, deverá ser entregue aqueles que substituíram os antigos, ou seja, os mais atualizados ou superiores, sem ensejar ônus para a CONTRATANTE, devendo ser apresentada a respectiva comprovação da descontinuidade.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

26.1.27. A fornecedora deverá entregar, junto aos equipamentos licitados, o certificado de garantia do fabricante original traduzido para o português, se for o caso.

### 27. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

27.1. Compete à Secretaria Municipal de Educação, doravante denominada Contratante, o cumprimento das seguintes responsabilidades:

27.1.1. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução do objeto contratual, por meio de servidor ou comissão designada;

27.1.2. Fornecer à Contratada todas as informações necessárias à correta execução dos **serviços e entregas**;

27.1.3. Disponibilizar acesso ao Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação nos horários previamente acordados para entrega e montagem;

27.1.4. Receber provisoriamente os produtos, procedendo à conferência de conformidade com as especificações;

27.1.5. Emitir o termo de recebimento definitivo, após a verificação da integridade e qualidade dos produtos;

27.1.6. Efetuar o pagamento devido, conforme prazos e condições estabelecidas em contrato;

27.1.7. Comunicar formalmente à Contratada qualquer irregularidade ou não conformidade observada durante a execução do contrato.

27.1.8. Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes no termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;

27.1.9. Comunicar, por escrito, à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas no termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;

27.1.10. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado;

27.1.11. Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

### 28. INDICAÇÃO DO FISCAL E SUBSTITUTO

28.1. O acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Educação, por meio dos servidores:

- FISCAL: Joel Caetano dos Santos Junior, matrícula: 10987-1
- FISCAL SUBSTITUTO: Jaqueline Velloso da Cruz, matrícula: 95115-1.

28.2. Compete ao fiscal do contrato, além de outras que sejam disciplinadas pela legislação atinente a matéria, as atribuições abaixo relacionadas:





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

#### **PROCESSO Nº 93315/2025**

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

28.3. Ter o pleno conhecimento dos termos contratuais que fiscalizará, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações, tanto da administração municipal (contratante) quanto da contratada;

28.4. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital da licitação, seus anexos, planilhas, cronogramas, etc.;

28.5. Comunicar ao gestor do contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;

28.6. Recusar o serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela administração;

28.7. Comunicar por escrito ao gestor do contrato qualquer falta cometida pela empresa;

28.8. Ler atentamente ao termo de contrato e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução;

28.9. Notificar a contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação;

28.10. Receber e encaminhar imediatamente as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas, observando previamente se a fatura/nota fiscal apresentada pela contratada refere-se ao objeto que foi efetivamente contratado;

28.11. Fiscalizar a manutenção, pela contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários a avaliação;

28.12. Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado;

28.13. Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados à administração;

28.14. Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços, bem como seus preços e quantitativos, estão sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;

28.15. Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas.

### **29. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

29.1. Consoante ao artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, utilizada esta lei por analogia a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

29.2. O fiscal do contrato é responsável pelo recebimento dos bens, avaliação e conferência dos materiais entregues. Será procedida a verificação de acordo com as características descritas nesse Termo de Referência, sendo posteriormente aferida a conformidade e atestado por escrito o cumprimento das exigências.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### 30. DISPOSIÇÕES FINAIS

30.1. Ao participar da licitação, a licitante declara sob as penalidades da Lei, a inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e o responsável pela licitação quer direta ou indiretamente.

30.2. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação, por parte da proponente, das exigências e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

30.3. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Paranaguá revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivada de fato superveniente comprovado, ou anulá-lo por ilegalidade de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizando no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

30.4. No caso de haver desconexão do Pregoeiro com o sistema eletrônico no decorrer da etapa competitiva, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para recebimento dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

30.5. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

30.6. É facultado a Pregoeira ou à autoridade a ela superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a completar a instrução do processo.

30.7. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

30.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta.

30.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

30.10. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, pelos aplicativos: [www.paranagua.pr.gov.br](http://www.paranagua.pr.gov.br) (Portal da Transparência – Suprimentos – Compras - Licitações), <https://www.compras.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras> (Compras.gov) e [www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br) (Portal Nacional de Contratações Públicas).

30.11. São de responsabilidade exclusiva da licitante as informações relativas a endereço, telefone e fax, bem como a modificação dos mesmos no curso da licitação, dando-se por intimada em caso de eventual tentativa frustrada de comunicação.

30.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

30.13. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Pregoeira com base na legislação vigente.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

#### **PROCESSO Nº 93315/2025**

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

30.14. Fica designado o Foro da Cidade de Paranaguá, Paraná, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

30.15. Esta licitação poderá ser acompanhada pelos portais: [www.paranagua.pr.gov.br](http://www.paranagua.pr.gov.br) (Portal da Transparência – Suprimentos – Compras - Licitações), <https://www.compras.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras> (Compras.gov) e [www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br) (Portal Nacional de Contratações Públicas), onde são divulgados os prazos, consultas e demais informações do certame.

Paranaguá, 08 de junho de 2026.

**Thiago Casas do Nascimento**  
Secretário Municipal de Educação



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

**1.1.** Aquisição de 800 (oitocentas) caminhas infantis empilháveis e 60 (sessenta) armários escolares, destinados às unidades de ensino da rede municipal, visando atender às demandas de infraestrutura física e pedagógica das escolas.

### 2. Fundamentação Legal e Objetivo da Contratação

A presente contratação tem como base a **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que institui a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, especialmente os dispositivos que tratam da fase preparatória e do planejamento das contratações públicas (artigos. 12, 18, 23 e 40).

Observa-se, ainda, o disposto na **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021**, que estabelece regras e diretrizes para a elaboração dos documentos de formalização de demanda e do termo de referência, bem como os princípios da **economicidade, eficiência, transparência e vantajosidade** da Administração Pública.

O presente Termo de Referência visa **definir de forma clara e objetiva os elementos técnicos, administrativos e orçamentários necessários** à contratação, permitindo à Administração:

- Planejar adequadamente a despesa pública;
- Garantir a aquisição de bens com qualidade e compatibilidade com as necessidades das escolas;
- Assegurar o uso racional dos recursos públicos; e
- Promover a padronização e modernização do mobiliário escolar, em conformidade com as normas de segurança e ergonomia aplicáveis.

A contratação tem por **objetivo** atender às necessidades da **Secretaria Municipal de Educação**, no tocante à **aquisição de 800 (oitocentas) caminhas infantis empilháveis e 60 (sessenta) armários escolares**, destinados às unidades de ensino da rede pública municipal de Paranaguá, de modo a **proporcionar melhores condições de trabalho e aprendizagem**, fortalecendo práticas pedagógicas colaborativas e ambientes mais adequados ao desenvolvimento dos estudantes.

### 3. Descrição do Objeto e Escopo da Contratação

O presente Termo de Referência tem por objeto a **aquisição de 800 (oitocentas) caminhas infantis empilháveis e 60 (sessenta) armários escolares**, conforme especificações técnicas detalhadas e quantitativos descritos neste documento, destinados ao uso nas salas de aula das **unidades escolares da rede municipal de ensino**.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

PROCESSO Nº 93315/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A aquisição tem como finalidade **atender à demanda de ampliação e substituição do mobiliário escolar**, de forma a proporcionar melhores condições de conforto, ergonomia e funcionalidade para os alunos e professores, em consonância com as metodologias ativas de ensino que priorizam o trabalho colaborativo e a interação em grupo. Além de proporcionar ambiente adequado, seguro e confortável às crianças durante o período de sono e descanso dos mesmos.

Os equipamentos deverão ser **novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de fabricação, acabamento e montagem**, e deverão atender às normas técnicas aplicáveis, especialmente:

#### Normas técnicas de referência:

- **ABNT NBR 14006:2008** — Mobiliário escolar – **Armários – Dimensões funcionais**;
- **ABNT NBR 15860:2010** — Mobiliário escolar – **Requisitos e métodos de ensaio**;
- **ABNT NBR ISO 9001** — Sistema de gestão da qualidade (quando aplicável ao fabricante).

#### A solicitação deverá conter os seguintes itens:

- **60 (sessenta) armários escolares** confeccionado em MDF de alta densidade, com revestimento em laminado melamínico de baixa pressão, acabamento em fita de borda de PVC, cantos arredondados para segurança, prateleiras internas reguláveis, puxadores anatômicos e ventilação adequada. Estrutura firme e estável, com pintura e acabamento resistentes ao uso escolar;
- **800 (oitocentas) caminhas empilháveis** para uso infantil, com estrutura em tubo metálico pintado em epóxi ou polipropileno de alta resistência, leito em tela sintética respirável e lavável, bordas arredondadas e pés com encaixe para empilhamento seguro. Devem possuir dimensões e alturas adequadas para crianças da educação infantil (faixa etária de 3 a 5 anos), conforme parâmetros ergonômicos vigentes.

A empresa contratada será responsável por:

1. Fornecer os produtos em conformidade com as especificações técnicas e quantidades estabelecidas;
2. Realizar o transporte, entrega e montagem dos móveis no endereço indicado pela Secretaria Municipal de Educação;
3. Garantir o fornecimento de produtos novos, sem defeitos e devidamente embalados;
4. Cumprir os prazos estabelecidos e observar as condições de segurança durante o processo de entrega e instalação.

A entrega dos mobiliários será realizada **no almoxarifado indicado pela Secretaria Municipal de Educação**, no endereço Rua Alberto Gomes Veiga, 897 Vila Horizonte, Paranaguá, Paraná, com acompanhamento e fiscalização designada pela Administração.

#### 4. Especificações Técnicas Detalhadas dos Itens

Item	Descrição Técnica	Unidade de Medida	Quantidade	Observações/Normas
1	Caminha empilhável confeccionada	Unidade	800	Deve atender à <b>ABNT NBR</b>



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

PROCESSO Nº 93315/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Item	Descrição Técnica	Unidade de Medida	Quantidade	Observações/Normas
	em estrutura tubular metálica com pintura epóxi, leito em tela sintética lavável e respirável, bordas arredondadas para maior segurança e pés com encaixe que permitem empilhamento estável. Possui dimensões adequadas para crianças da educação infantil, garantindo conforto, durabilidade e fácil higienização.			<b>14006:2008</b> (classe 1) e à <b>ABNT NBR 15860:2010</b> .
<b>2</b>	Armário escolar confeccionado em MDF de alta densidade revestido em laminado melamínico, com bordas em fita de PVC e cantos arredondados para segurança. Possui prateleiras internas, portas com puxadores anatômicos e ventilação adequada, garantindo resistência, durabilidade e fácil limpeza no uso escolar diário.	Unidade	60	Devem atender à <b>ABNT NBR 14006:2008 (classe 1)</b> e à <b>ABNT NBR 15860:2010</b> .

#### Requisitos Gerais de Qualidade

- Produtos **novos, de primeiro uso e livres de defeitos**;
- Materiais **não tóxicos, laváveis e de fácil limpeza**, adequados ao ambiente infantil;
- Estruturas com **bordas e cantos arredondados**, garantindo **segurança no manuseio e uso**;
- Garantia mínima de **12 (doze) meses** a contar do recebimento definitivo;
- O fabricante deverá possuir **certificação ISO 9001** ou equivalente;
- Entrega e montagem deverão ocorrer no **almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação**.

#### 5. Justificativa da Contratação

A presente contratação visa atender às **necessidades das unidades escolares de Educação Infantil da rede municipal de ensino**, no que tange à **adequação e modernização do mobiliário escolar**, especialmente no atendimento às turmas de **crianças de 3 a 5 anos de idade**.

O mobiliário atualmente disponível encontra-se, em grande parte, inadequado às dimensões ergonômicas e às demandas de organização e descanso das crianças da faixa etária atendida, apresentando desgaste natural pelo tempo de uso, ausência de padronização e, em alguns casos, comprometimento da segurança e do conforto dos



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

estudantes.

A aquisição de **caminhas empilháveis e armários escolares** permitirá qualificar os ambientes da educação infantil, proporcionando condições adequadas para o repouso, o cuidado e a organização dos materiais, em consonância com as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009)**, que ressaltam a importância de espaços físicos planejados, seguros e acolhedores.

As **caminhas empilháveis**, por suas dimensões e características ergonômicas, garantem conforto e segurança durante o descanso das crianças, além de facilitar a higienização e o armazenamento. Os **armários escolares**, por sua vez, contribuem para a organização do ambiente pedagógico, assegurando praticidade, durabilidade e otimização dos espaços de uso coletivo. A contratação também atende ao princípio da **eficiência administrativa**, previsto no art. 37 da Constituição Federal, ao promover a **racionalização dos recursos públicos** e a **melhoria da infraestrutura escolar**, elementos fundamentais para o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem.

Além disso, a padronização do mobiliário escolar infantil **facilita a manutenção, o armazenamento e a reposição de peças**, garantindo uniformidade estética e funcional entre as unidades da rede.

Dessa forma, a aquisição proposta é **imprescindível para assegurar ambientes seguros, acessíveis e pedagogicamente adequados**, impactando diretamente na qualidade da oferta da Educação Infantil no município.

## 6. Fundamentação do Preço e Estimativa de Custos

Para a definição da estimativa de custos desta contratação, foi realizada **pesquisa de preços** com base em **fontes oficiais e de mercado**, conforme orientações contidas na **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021**, que dispõe sobre o procedimento para elaboração dos estudos técnicos preliminares e termos de referência.

### 6.1. Fontes de Pesquisa

A pesquisa de preços considerou as seguintes referências:

- **Painel de Preços do Governo Federal** ([www.paineldeprecos.planejamento.gov.br](http://www.paineldeprecos.planejamento.gov.br));
- **Atas de Registro de Preços vigentes** de outros entes públicos (registro nacional);
- **Cotações diretas** com fornecedores especializados em mobiliário escolar.

As fontes utilizadas são reconhecidas como meios legítimos e adequados para a apuração do valor estimado, garantindo transparência e rastreabilidade das informações.

#### Pesquisa de Preços Caminhas empilháveis





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

**PROCESSO Nº 93315/2025**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

<b>Fonte da pesquisa</b>	<b>Valor unitário R\$</b>	<b>Data da Cotação</b>	<b>Observações</b>
Painel de Preços – Registro Nacional	R\$ 382,00	17/11/2025	Portal Nacional de contratações Públicas
Ata de Registro de Preço do município de Capão do Leão - RS	R\$ 286,17	17/11/2025	ARP nº 048/2025
Cotação Floor Supply	R\$ 210,00	11/11/2025	CNPJ 33.485.287/0001-55
Cotação LAVS	R\$ 300,00	11/11/2025	CNPJ 11.766.884/0001-06
Cotação Freso	409,32	11/11/2025	CNPJ 05.608.597/0001-75

**Pesquisa de Preços Armários**

<b>Fonte da pesquisa</b>	<b>Valor unitário R\$</b>	<b>Data da Cotação</b>	<b>Observações</b>
Painel de Preços – Registro Nacional	R\$ 879,64	19/11/2025	Portal Nacional de contratações Públicas
Ata de Registro de Preço do município de Arujá - SP	R\$ 1251,73	17/11/2025	ARP nº 005/2025
Cotação SCHOOL CENTER	R\$ 1360,00	17/11/2025	CNPJ: 09.074.533/0001-92
Cotação Max Móveis	R\$ 682,17	19/11/2025	CNPJ: 07.524.670/0001-56
Cotação Escritex	R\$ 895,00	24/11/2025	CNPJ: 36.047.292/0001-65

**6.3. Valor Médio de Referência**

**O valor médio obtido, após a consolidação dos dados de mercado, foi de aproximadamente:**

**R\$ 317,49** (trezentos e dezessete reais e quarenta e nove centavos) **por caminha empilhável.**

**Com base na** quantidade estimada de 800 (oitocentas), **o** valor global estimado da contratação **é de:**

**R\$ 253.992,00** (duzentos e cinquenta e três mil, quatrocentos noventa e dois reais).

**O valor médio obtido, após a consolidação dos dados de mercado, foi de aproximadamente:**

**R\$ 1013,70** (mil e treze reais e setenta centavos) **por armário escolar.**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

**PROCESSO Nº 93315/2025**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**Com base na** quantidade estimada de 60 (sessenta), **o** valor global estimado da contratação **é de:**

**R\$ 60.822,00 (sessenta mil, oitocentos e vinte e dois reais).**

LOTE	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Caminha empilhável confeccionada em estrutura tubular metálica com pintura epóxi, leito em tela sintética lavável e respirável, bordas arredondadas para maior segurança e pés com encaixe que permitem empilhamento estável. Possui dimensões adequadas para crianças da educação infantil, garantindo conforto, durabilidade e fácil higienização.	unidade	800	R\$ 317,49	R\$ 253.992,00
2	Armário escolar confeccionado em MDF de alta densidade revestido em laminado melamínico, com bordas em fita de PVC e cantos arredondados para segurança. Possui prateleiras internas, portas com puxadores anatômicos e ventilação adequada, garantindo resistência, durabilidade e fácil limpeza no uso escolar diário.	unidade	60	R\$ 1.013,70	R\$ 60.822,00
<b>TOTAL:</b>					<b>R\$314.814,00</b>

As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação, participante da Ata de Registro de Preços.

Quando da contratação, para fazer face à despesa, será emitida declaração do Ordenador de Despesa de que a mesma tem adequação orçamentária e financeira com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias,



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

acompanhada da nota de empenho expedida pelo setor contábil do órgão ou Entidade interessados.

Para o atendimento da despesa proveniente deste processo, são indicadas as seguintes dotações orçamentárias:

Referência dotação	Órgão	Unidade	Função	Ação	Elemento	Vínculo
1799	11	02	12	2082	3449052000000000000	1647

## 7. Forma de Execução e Prazos

### 7.1. Forma de Execução

A execução do objeto será realizada mediante **fornecimento e entrega de caminhas empilháveis e armários escolares**, nas quantidades e especificações estabelecidas neste Termo de Referência, abrangendo todas as etapas necessárias para o cumprimento integral da obrigação contratual, incluindo:

- **Transporte, descarga, entrega e montagem** dos mobiliários no almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação;
- **Fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra** necessários para a perfeita execução do serviço;
- **Acondicionamento adequado** dos produtos durante o transporte e armazenamento, assegurando a integridade física até o recebimento definitivo;
- **Embalagem individual e proteção adequada** contra impactos, umidade e poeira, garantindo a preservação das caminhas e armários;
- **Assistência técnica e substituição de peças ou itens defeituosos** durante o período de garantia.

A execução será acompanhada e fiscalizada pela equipe técnica designada pela Secretaria Municipal de Educação, que verificará a conformidade dos materiais entregues e elaborará o termo de recebimento provisório e definitivo.

O acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Educação, por meio dos servidores:

- FISCAL: Joel Caetano dos Santos Junior, matrícula: 10987-1
- FISCAL SUBSTITUTO: Jaqueline Velloso da Cruz, matrícula: 95115-1.

### 7.2. Prazos de Entrega e Montagem

Prazo máximo para início da entrega: **até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho ou assinatura do contrato;**

Prazo total para conclusão da entrega e montagem: **até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho;**



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Entrega parcelada: **poderá ser aceita** desde que previamente autorizada **pela Administração, observando a disponibilidade das unidades escolares e o cronograma de recebimento.**

### 7.3. Locais de Entrega

**A entrega e montagem dos itens deverão ocorrer no** almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação das 08:00 às 17:00 horas de segunda-feira a sexta-feira, o endereço Rua Alberto Gomes Veiga, 897 Vila Horizonte, Paranaguá, Paraná.

### 7.4. Recebimento dos Bens

**O recebimento dos mobiliários ocorrerá em duas etapas, conforme o art. 141 da Lei nº 14.133/2021:**

Recebimento Provisório: **para efeito de verificação da conformidade dos produtos com o Termo de Referência;**

Recebimento Definitivo: **após a conferência final e aprovação da equipe técnica responsável, lavrando-se o respectivo termo de recebimento.**

## 8. Obrigações da Contratada e da Contratante

### 8.1. Obrigações da Contratada

A empresa vencedora da licitação, doravante denominada Contratada, deverá observar integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual, sendo de sua exclusiva responsabilidade:

Fornecer os produtos novos, de primeiro uso, em conformidade com as especificações técnicas e quantidades estabelecidas;

Efetuar o transporte, entrega e montagem dos mobiliários no almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, por conta e risco próprios;

Garantir que todos os materiais empregados sejam não tóxicos, laváveis e seguros para uso infantil;

Embalagem, manuseio e transporte adequados, de modo a evitar danos durante o percurso até o destino final;

Substituir, sem ônus para a Administração, qualquer item que apresente defeitos de fabricação, avarias ou não atenda às especificações estabelecidas;

Prestar assistência técnica durante o prazo de garantia de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo;

Cumprir rigorosamente os prazos de entrega e montagem;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

Responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio público, servidores ou terceiros, em decorrência de sua atuação;

Atender prontamente às solicitações da fiscalização designada pela Secretaria Municipal de Educação.

#### 8.2. Obrigações da Contratante

Compete à Secretaria Municipal de Educação, doravante denominada Contratante, o cumprimento das seguintes responsabilidades:

Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução do objeto contratual, por meio de servidor ou comissão designada;

Fornecer à Contratada todas as informações necessárias à correta execução dos **serviços e entregas**;

Disponibilizar acesso ao Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação nos horários previamente acordados para entrega e montagem;

Receber provisoriamente os produtos, procedendo à conferência de conformidade com as especificações;

Emitir o termo de recebimento definitivo, após a verificação da integridade e qualidade dos produtos;

Efetuar o pagamento devido, conforme prazos e condições estabelecidas em contrato;

Comunicar formalmente à Contratada qualquer irregularidade ou não conformidade observada durante a execução do contrato.

Paranaguá, 12 de fevereiro de 2026.

**Thiago Casas do Nascimento**

**Secretário Municipal de Educação**

**Decreto 1443/2025**



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

PROCESSO Nº 93315/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### ANEXO II

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

#### 1. INTRODUÇÃO

1.1. A educação representa um alicerce fundamental para o desenvolvimento social, econômico e cultural de qualquer comunidade. Em Paranaguá, a Secretaria Municipal de Educação tem como meta central proporcionar um ambiente de ensino organizado e acessível a todos os alunos e educadores da rede pública. A presente **Etapa Técnica Preliminar (ETP)** tem por objetivo apresentar os elementos técnicos e justificativos necessários à abertura do processo licitatório destinado à **aquisição e/ou adesão de mobiliários escolares para salas de aula** da rede de ensino.

A elaboração deste documento visa subsidiar a tomada de decisão administrativa quanto à viabilidade técnica e econômica da contratação, bem como assegurar que a escolha da solução atenda às necessidades pedagógicas, ergonômicas e de segurança exigidas para o ambiente escolar, observando-se os princípios da eficiência, economicidade e transparência que regem a administração pública.

A iniciativa fundamenta-se na necessidade de **substituição e/ou complementação do mobiliário existente**, tendo em vista o desgaste natural decorrente do uso contínuo e o aumento da demanda por vagas escolares, o que exige adequação do espaço físico para garantir conforto, funcionalidade e condições adequadas de aprendizagem aos estudantes e professores.

Esta ETP foi elaborada em conformidade com o disposto na **Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos)**, bem como nas demais normas aplicáveis, buscando identificar as melhores opções disponíveis no mercado, com especificações técnicas que assegurem durabilidade, qualidade e compatibilidade com o uso educacional.

#### 2. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

2.1. A presente demanda surgiu a partir do **levantamento realizado junto às unidades escolares** da rede de ensino, o qual apontou a necessidade de **aquisição e/ou reposição de mobiliários para salas de aula**. O diagnóstico foi conduzido com base em relatórios encaminhados pela equipe gestora das escolas, inspeções in loco e registros administrativos que evidenciaram a **insuficiência e o desgaste do mobiliário existente**.

Verificou-se que parte significativa das carteiras e cadeiras, encontra-se em estado inadequado de conservação, comprometendo o conforto e a segurança dos alunos, além de prejudicar a organização e a estética do ambiente escolar. Em algumas unidades, constatou-se também o **aumento da demanda de matrículas**, o que exige a ampliação do número de conjuntos escolares disponíveis.

Dessa forma, a necessidade de contratação visa **garantir a adequação dos espaços de aprendizagem**, de modo a promover melhores condições para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, atendendo aos padrões de qualidade e ergonomia definidos pelos órgãos competentes, em especial aqueles preconizados pelo **FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação)** e pela **ABNT** para mobiliário escolar.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A identificação da demanda, portanto, decorre de **necessidade real, mensurável e comprovada**, sendo imprescindível à manutenção do pleno funcionamento das unidades de ensino e à oferta de um ambiente educacional seguro, confortável e adequado ao processo de ensino e aprendizagem.

### 3. DESTINAÇÃO

3.1. Os itens objeto desta contratação destinam-se ao **equipamento e adequação das salas de aula** das unidades escolares da rede de ensino, abrangendo tanto escolas urbanas quanto rurais, conforme levantamento de necessidades realizado pela Secretaria de Educação.

O mobiliário adquirido será utilizado para **substituir peças danificadas, ampliar o número de conjuntos disponíveis e assegurar condições adequadas de uso pedagógico** em consonância com o número de alunos matriculados em cada unidade.

Entre os itens a serem adquiridos, destacam-se:

- **Caminhas Infantis** – destinados ao uso individual dos estudantes em sala de aula para uso no período de descanso das crianças, respeitando as normas de ergonomia e segurança aplicáveis;
- **Armários Escolares** – Destinados a uso dos professores para organizar e armazenar os materiais utilizados nas aulas.

A destinação dos itens prioriza a **melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas**, contribuindo para a criação de ambientes mais confortáveis, funcionais e propícios à aprendizagem. A distribuição será feita de forma **planejada e proporcional**, de acordo com as demandas específicas de cada unidade, observando-se critérios de equidade, necessidade e estado atual do mobiliário existente.

### 4. NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação em questão justifica-se pela **necessidade de garantir condições adequadas de funcionamento das salas de aula**, assegurando conforto, segurança e qualidade no processo de ensino e aprendizagem. O mobiliário escolar é elemento essencial para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, devendo atender a padrões ergonômicos, de durabilidade e de segurança estabelecidos por normas técnicas específicas.

O **levantamento realizado pela Secretaria de Educação**, em conjunto com as equipes gestoras das unidades escolares, apontou **carência significativa de mobiliário** em diversas escolas, seja pela ampliação do número de turmas e alunos, seja pelo **desgaste e inutilização de conjuntos já existentes** devido ao uso prolongado. Tal situação tem comprometido a organização das salas de aula e o conforto dos usuários, exigindo providências imediatas para reposição e complementação dos itens necessários.

Além do aspecto físico e funcional, a aquisição de novos mobiliários contribui diretamente para a **melhoria do ambiente escolar**, promovendo maior bem-estar, concentração e desempenho dos estudantes. Também atende às diretrizes pedagógicas que visam à criação de espaços educativos mais inclusivos, flexíveis e atrativos, capazes de favorecer metodologias ativas de ensino.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

PROCESSO Nº 93315/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A contratação busca ainda **otimizar o uso dos recursos públicos** por meio de processo licitatório que assegure a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e transparência previstos na **Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos)**.

Dessa forma, a presente aquisição é **necessária e plenamente justificada**, uma vez que visa suprir uma demanda concreta, recorrente e essencial para a continuidade das atividades educacionais, garantindo a integridade e a funcionalidade do mobiliário escolar das unidades da rede de ensino.

## 5. INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO

A presente contratação está alinhada aos **instrumentos de planejamento da Secretaria de Educação** e às metas estabelecidas no **Plano Plurianual (PPA)**, na **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** e na **Lei Orçamentária Anual (LOA)**, que preveem investimentos voltados à **melhoria da infraestrutura física e pedagógica das unidades escolares**.

Consta nas diretrizes de gestão educacional o compromisso de **assegurar ambientes adequados e acessíveis ao ensino de qualidade**, por meio da modernização e reposição do mobiliário escolar, promovendo o conforto, a ergonomia e a segurança de alunos e profissionais da educação.

A demanda também está contemplada no **Plano Municipal de Educação**, que prevê, entre suas metas, a **garantia de condições materiais e estruturais para o pleno desenvolvimento das atividades pedagógicas**. A aquisição dos mobiliários integra, portanto, as ações de **planejamento estratégico da rede de ensino**, voltadas à valorização do espaço escolar como ambiente de aprendizagem e socialização.

A execução orçamentária para esta contratação será realizada com recursos provenientes de **dotação específica da Secretaria de Educação**, conforme previsão constante no orçamento vigente, observando-se a classificação orçamentária pertinente e as normas aplicáveis à execução de despesas com bens permanentes.

Dessa forma, a presente ETP fundamenta-se em **planejamento prévio e coerente com as políticas públicas educacionais e os instrumentos legais de gestão orçamentária**, atendendo ao disposto no artigo 18 da **Lei nº 14.133/2021**, que determina a obrigatoriedade de vinculação da contratação aos instrumentos de planejamento da Administração Pública.

## 6. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

Considerando a natureza do objeto, o valor estimado da contratação e o disposto na **Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos)**, a modalidade de licitação mais adequada para o presente processo é o **Pregão**, preferencialmente na **forma eletrônica**, por se tratar da aquisição de **bens comuns**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital e nos anexos, mediante especificações usuais de mercado.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

PROCESSO Nº 93315/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O **Pregão Eletrônico** permite maior **amplitude de participação, competitividade e transparência**, além de proporcionar ganhos de economicidade à Administração Pública, atendendo aos princípios da eficiência e da busca da proposta mais vantajosa.

A adoção dessa modalidade também está em conformidade com o **Decreto Federal nº 10.024/2019**, que regulamenta o pregão na forma eletrônica, e com as orientações dos órgãos de controle quanto à priorização do meio digital nas contratações públicas.

Assim, a modalidade proposta — **Pregão Eletrônico** — mostra-se a mais adequada para atender à demanda de aquisição de mobiliários escolares, conciliando **agilidade, economia, transparência e segurança jurídica** ao processo licitatório.

### 7. CARACTERIZAÇÃO DE FORNECIMENTO IMEDIATO

A presente contratação deverá ocorrer de forma **imediata**, em razão da **necessidade urgente de adequação das salas de aula** das unidades escolares da rede de ensino, visando garantir o pleno início e continuidade das atividades pedagógicas.

O levantamento realizado pela Secretaria de Educação identificou que diversas escolas apresentam **déficit de mobiliários e danos em equipamentos já existentes**, o que compromete o conforto, a segurança e a funcionalidade dos espaços educacionais. Essa situação exige **providências céleres**, de modo a evitar prejuízos ao processo de ensino e aprendizagem.

A contratação imediata justifica-se ainda pela **proximidade do início do próximo ano letivo** e pela **demanda crescente de matrículas**, fatores que tornam imprescindível a reposição e a aquisição de novos conjuntos escolares para atender à comunidade estudantil.

Dessa forma, propõe-se que a contratação seja realizada de forma **prioritária e em caráter de urgência administrativa**, observando-se, contudo, todas as etapas legais e procedimentais previstas na **Lei nº 14.133/2021**, assegurando transparência, isonomia e economicidade.

A adoção dessa medida visa **garantir a continuidade e a qualidade do serviço público educacional**, atendendo a uma necessidade imediata, concreta e inadiável da rede de ensino, relacionada à infraestrutura básica das salas de aula.

### 8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades foi elaborada com base no **levantamento realizado junto às unidades escolares** da rede de ensino, considerando o número de salas de aula em funcionamento, a média de alunos por turma, o estado de conservação do mobiliário existente e as demandas de ampliação identificadas para o próximo período letivo.

Foram consolidadas as informações encaminhadas pelos gestores escolares e pelos setores de infraestrutura e patrimônio, de modo a refletir a **necessidade real e atualizada** de cada unidade, garantindo que a aquisição atenda de forma equilibrada e eficiente às demandas do conjunto da rede.

A estimativa contempla tanto a **reposição de mobiliários danificados ou inservíveis** quanto a **ampliação do quantitativo necessário para atender novas turmas** e escolas em fase de expansão.

Item	Descrição
------	-----------



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

PROCESSO Nº 93315/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

01	Caminhas Infantis
02	Armários Escolares

## 9. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para subsidiar a estimativa de custos e a definição dos parâmetros da contratação, foi realizado **levantamento de mercado** com o objetivo de identificar **valores praticados, especificações técnicas disponíveis e fornecedores potenciais** de mobiliários escolares compatíveis com as necessidades da rede de ensino.

A pesquisa contemplou **consultas a fornecedores especializados, levantamento de atas de registro de preços vigentes** em órgãos públicos e **cotações obtidas junto a empresas do setor**, assegurando ampla representatividade de preços e condições de fornecimento.

Foram consideradas as informações disponíveis em:

- Atas de Registro de Preços do **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**;
- Contratações recentes de outros municípios e órgãos estaduais, com objeto similar;
- Pesquisas de preços em **catálogos eletrônicos de compras públicas e portais de transparência**;
- Cotações diretas com fornecedores locais e regionais.

O levantamento indicou **variação média de preços** em razão de fatores como material empregado (aço, madeira MDF, polipropileno), acabamentos, padrões de qualidade e prazos de entrega. Esses dados servirão de base para a **definição do valor estimado da contratação** e para a **elaboração do Termo de Referência**, de modo a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Além disso, o estudo de mercado permitiu identificar **fornecedores regularmente constituídos e com experiência comprovada** no fornecimento de mobiliários escolares, assegurando que o processo licitatório seja conduzido com **competitividade, economicidade e segurança técnica**.

Dessa forma, o levantamento de mercado comprova a **viabilidade técnica e econômica** da contratação, fornecendo os subsídios necessários à fixação dos preços de referência e à definição das condições mais adequadas de aquisição.

## 10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

### 10.1. Requisitos técnicos

- a) Certidões ou atestados, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços/fornecimento dos projetores equivalente ou superior;
- b) Os atestados de capacidade técnica deverão ser emitidos por Pessoa Jurídica, de direito público ou privado, contendo todas as informações;
- c) Os atestados deverão possuir quantidades mínimas de 10% (dez por cento) da quantidade licitada.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### 10.2. Requisitos Jurídicos

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

#### 10.3. Requisitos fiscais e trabalhistas

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- f) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação da Leis de Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

#### 10.4. Requisitos Econômico-financeiros

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;
- b) O licitante que esteja em processo de recuperação judicial, deverá apresentar autorização do juízo competente para sua participação em processo licitatório. Balanço Patrimonial e demonstrativos contábeis, dos dois últimos exercícios (Lei nº 6404/76). Os balanços das Sociedades Anônimas ou por Ações, deverão ser apresentadas em publicações do Diário Oficial. As demais empresas deverão apresentar balanços autenticados e arquivados na Junta Comercial do local da sede da empresa, certificados com Contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, mencionando expressamente o número do livro "Diário", com o termo de abertura e de encerramento, e as folhas em que cada balanço se acha regularmente inscrito;
- c) A situação financeira da licitante será avaliada através do demonstrativo de cálculo dos índices de liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Endividamento Total (ET), assinado por contador registrado no CRC (Conselho Regional de Contabilidade), os quais deverão ser calculados na forma abaixo e obedecer os seguintes parâmetros: LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo/ Passivo Circulante + Exigível a Longo prazo, maior ou igual a 1,0 LC = Ativo Circulante/passivo Circulante, maior ou igual a 1,0 ET = Exigível Total/ Ativo total, menor ou igual a 1,0.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### 11. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

**11.1.** As pesquisas de preços iniciais foram realizadas por meio do Painel de Preços do sistema Banco de Preços, pela internet e com fornecedores locais, observando-se os índices de atualização de preços aplicáveis.

**11.2.** A flutuação nos valores, frequentemente influenciada por fatores como sazonalidade, alteração no custo de insumos, variação cambial e mudanças na demanda, exige um levantamento detalhado e abrangente. Esse procedimento garante que os valores coletados reflitam de forma precisa a realidade do mercado no momento da contratação, prevenindo distorções e assegurando maior eficiência na utilização dos recursos públicos.

**11.3.** A ampliação do escopo da pesquisa e a diversificação das fontes de informação possibilitaram a definição de um preço referencial mais justo e alinhado às condições atuais de mercado. Tal abordagem não só confere maior segurança à tomada de decisões, como também reforça o compromisso com a economicidade e a eficiência na gestão pública. A metodologia adotada, ao levar em consideração a volatilidade dos preços, demonstra uma preocupação em assegurar que a contratação siga os princípios do planejamento, racionalidade e as melhores práticas administrativas, garantindo maior qualidade e responsabilidade no processo licitatório.

**11.4.** Por fim, destaca-se que a pesquisa em questão seguiu as disposições estabelecidas no Artigo 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº65, de 2021, conforme descrita abaixo:

**Art. 5º: a pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:**

**I- Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente dos sistemas oficiais do governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente.**

**11.5.** Portanto, de acordo com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021, o valor estimado para a contratação é de **R\$314.814,00 (trezentos e quatorze mil, oitocentos e quatorze reais)**

### 11.6. ANÁLISE DE CUSTOS

A presente análise de custos foi elaborada em conformidade com o disposto no art. 23, §1º, inciso II, da **Instrução Normativa nº 65/2021 da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia**, que dispõe sobre os procedimentos para estimativa de preços nas contratações públicas.

A pesquisa de preços foi realizada com base em **três fontes distintas de referência**, a fim de garantir fidedignidade e transparência na apuração dos valores:

- **Painéis de Preços** disponibilizados no portal <https://paineldepregos.economia.gov.br>;
- **Atas de Registro de Preços vigentes** oriundas de outros entes federativos e órgãos públicos;
- **Cotações diretas** realizadas com fornecedores do ramo, mediante solicitação formal e recebimento de propostas atualizadas.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

PROCESSO Nº 93315/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Os valores coletados foram analisados quanto à compatibilidade técnica dos itens e às condições comerciais equivalentes (frete incluso, garantia e características técnicas idênticas às especificadas).

#### 11.7. Dados da Pesquisa (Caminhas)

Fonte da pesquisa	Valor unitário R\$	Data da Cotação	Observações
Painel de Preços – Registro Nacional	R\$ 382,00	17/11/2025	Portal Nacional de contratações Públicas
Ata de Registro de Preço do município de Capão do Leão - RS	R\$ 286,17	17/11/2025	ARP nº 048/2025
Cotação Floor Supply	R\$ 210,00	11/11/2025	CNPJ 33.485.287/0001-55
Cotação LAVS	R\$ 300,00	11/11/2025	CNPJ 11.766.884/0001-06
Cotação Freso	409,32	11/11/2025	CNPJ 05.608.597/0001-75

#### 11.8. Cálculo do Valor Médio de Referência

Para a definição do preço estimado, adotou-se a **média aritmética** simples dos valores coletados:

Valor	382+286,17+210+300+409,32	317,49
Médio=	5	

Assim, o Valor Médio de referência unitária para a caminha empilhável é de R\$ 317,49

Considerando a quantidade total 800 caminhas, obtém-se o valor global estimado:

800 unidades a R\$ 317,49 = R\$ 253.992,00

#### 11.9. Dados da Pesquisa



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

PROCESSO Nº 93315/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Fonte da pesquisa	Valor unitário R\$	Data da Cotação	Observações
Painel de Preços – Registro Nacional	R\$ 879,64	19/11/2025	Portal Nacional de contratações Públicas
Ata de Registro de Preço do município de Arujá - SP	R\$ 1251,73	17/11/2025	ARP nº 005/2025
Cotação SCHOOL CENTER	R\$ 1360,00	17/11/2025	CNPJ: 09.074.533/0001-92
Cotação Max Móveis	R\$ 682,17	19/11/2025	CNPJ: 07.524.670/0001-56
Cotação Escritex	R\$ 895,00	24/11/2025	CNPJ: 36.047.292/0001-65

#### 11.10. Cálculo do Valor Médio de Referência

Para a definição do preço estimado, adotou-se a **média aritmética** simples dos valores coletados:

Valor Médio=	879,64+1251,73+1360+682,17+895	1013,70
	5	

Assim, o Valor Médio de referência unitária para cada armário é de R\$ 1013,70

Considerando a quantidade total de 60 armários, obtém-se o valor global estimado:

60 unidades a R\$ 1013,70 = R\$ 60.822,00

#### 11.11. Conclusão e Justificativa do Valor Estimado

O valor estimado global de **R\$314.814,00 (trezentos e quatorze mil, oitocentos e quatorze reais)** representa a média de mercado atual para o objeto pretendido, demonstrando-se **compatível com os preços praticados em contratações públicas recentes e adequado à realidade orçamentária vigente**.

A metodologia adotada atende aos princípios da **economicidade, razoabilidade e transparência**, conforme exigências da **Lei nº 14.133/2021**, garantindo a adequada estimativa de custos para a etapa de planejamento da licitação.

Dessa forma, o presente estudo respalda a abertura do processo licitatório para aquisição das 800 caminhas e dos 60 armários, devendo o valor médio obtido ser utilizado como **referência para o preço máximo aceitável** no certame.

## 12. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A solução escolhida — **aquisição de 800 caminhas infantis e 60 armários escolares** — foi definida a partir do processo de planejamento da contratação, observando os princípios e diretrizes da **Lei nº 14.133/2021**, especialmente aqueles relativos à **economicidade, eficiência, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública**.

O **método de compra por licitação** foi considerado o **mais adequado** para o atendimento da demanda, tendo em vista que se trata de um **fornecimento padronizado e amplamente disponível no mercado**, o que permite ampla concorrência e transparência na escolha do fornecedor.

A licitação garante:

- **Isonomia entre os fornecedores**, assegurando igualdade de condições de participação (art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021);
- **Seleção da proposta mais vantajosa**, por meio de critérios objetivos e previamente definidos no edital (art. 11, inciso I);
- **Promoção do desenvolvimento nacional sustentável**, conforme o disposto no art. 11, inciso IV;
- **Atendimento ao planejamento e à formalização da demanda**, conforme estabelecido nos artigos. 18 a 22 da referida lei e na **IN SEGES/ME nº 65/2021**.

A pesquisa de preços realizada no **Painel de Preços**, em **Atas de Registro de Preços vigentes** e junto a **fornecedores do ramo**, demonstrou que o objeto possui ampla oferta no mercado e variação de valores dentro de margens razoáveis, o que viabiliza a utilização do **procedimento licitatório competitivo**, seja por **Pregão Eletrônico** ou **Concorrência**, conforme definição da etapa subsequente do planejamento.

Optar pela aquisição via licitação, em detrimento de adesão direta ou contratação emergencial, assegura maior **transparência, competitividade e controle de gastos públicos**, além de possibilitar **melhores condições comerciais e redução de custos**, atendendo aos princípios da **legalidade, publicidade e eficiência administrativa**.

Dessa forma, a escolha da solução e do método de compra está devidamente **fundamentada técnica e juridicamente**, alinhada ao planejamento estratégico da instituição e à legislação vigente, sendo a licitação o instrumento mais apropriado para garantir a **economicidade e a regularidade do processo de aquisição** dos mobiliários escolares.

### **13. PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Conforme o disposto no **art. 40 da Lei nº 14.133/2021**, a Administração deve, sempre que possível, **parcelar a contratação** com o objetivo de ampliar a competitividade e possibilitar a participação do maior número de fornecedores, desde que o parcelamento **não comprometa a economia de escala** nem a **padronização do objeto**.

No caso em análise, referente à **aquisição de 800 caminhas e 60 armários escolares**, conclui-se **pela não adoção do parcelamento da contratação**, pelos seguintes motivos técnicos e administrativos:

1. **Padronização do mobiliário escolar**: A unidade educacional necessita que os móveis apresentem **padrão único de cor, material, dimensões e acabamento**, de modo a assegurar **uniformidade visual e funcional** nas salas de aula. A fragmentação da



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

compra poderia resultar em divergências de especificação entre os lotes, comprometendo a harmonia e a compatibilidade do mobiliário.

2. **Racionalização do processo de aquisição:** A condução de um único certame reduz **custos operacionais e administrativos**, simplifica o acompanhamento contratual e facilita a **logística de entrega e montagem**, evitando multiplicidade de fornecedores e eventuais conflitos de cronograma.

3. **Aproveitamento da economia de escala:** A aquisição integral tende a resultar em **preço unitário mais vantajoso**, uma vez que o volume total pode gerar **melhores condições comerciais** e descontos quantitativos junto aos fabricantes e distribuidores.

4. **Natureza homogênea do objeto:** O bem a ser adquirido é **padronizado e de mesma tipologia**, não havendo justificativa técnica para o fracionamento, visto que todos os itens possuem especificações idênticas e destinam-se à mesma finalidade educacional.

Dessa forma, a contratação será conduzida **em dois lotes**, um representando a totalidade das 800 caminhas e outro dos 60 armários, com fundamento no **princípio da economicidade**, da **eficiência administrativa** e na **vedação ao fracionamento indevido da despesa**, conforme os artigos. 18, 40 e 42 da **Lei nº 14.133/2021**.

#### **14. JUSTIFICATIVA PARA NÃO INCLUSÃO DE COTAS RESERVADAS**

Nos termos do **art. 72 da Lei nº 14.133/2021** e do **Decreto nº 8.538/2015**, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às **microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP)**, a Administração Pública deve, sempre que possível, estabelecer **cotas reservadas ou participação exclusiva** em licitações, desde que **a natureza do objeto e a competitividade do mercado** o permitam.

No entanto, no presente caso — **aquisição de 800 caminhas infantis e 60 armários** —, **não se vislumbra viabilidade técnica e econômica** para a adoção de cotas reservadas, pelos seguintes motivos:

1. **Objeto de natureza padronizada e fornecimento integral:**

O objeto é composto por **caminhas e armários**, devendo apresentar **padrão único de cor, material, acabamento e ergonomia**, a fim de garantir **uniformidade e compatibilidade** entre os mobiliários das salas de aula. O fracionamento do fornecimento entre diferentes fornecedores poderia comprometer a padronização, a garantia e a entrega unificada.

2. **Risco à eficiência logística e à garantia contratual:**

A divisão em cotas poderia implicar **múltiplos fornecedores**, gerando **dificuldades na logística de entrega e montagem**, além de **responsabilidades fragmentadas** quanto à garantia dos produtos, o que contraria o princípio da eficiência administrativa.

3. **Mercado fornecedor especializado e de escala industrial:**

A fabricação de mobiliário escolar sextavado demanda **estrutura produtiva industrial e certificações técnicas específicas (ex: normas ABNT NBR 14006 e 14007)**, o que restringe o número de microempresas aptas a atender isoladamente o objeto, prejudicando a competitividade do certame.

4. **Preservação da economicidade e da vantajosidade:**

A contratação em lote único tende a gerar **melhores condições de preço unitário**, devido ao ganho de escala. O uso de cotas poderia elevar o custo global da contratação, contrariando o princípio da **proposta mais vantajosa para a Administração**, previsto no **art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

PROCESSO Nº 93315/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Diante do exposto, **não será adotado o regime de cotas reservadas ou participação exclusiva**, por inexistirem condições técnicas que garantam a viabilidade, a padronização e a economicidade da contratação.

Essa decisão fundamenta-se nos princípios da **eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa**, conforme os artigos. **11, 18, 40 e 72 da Lei nº 14.133/2021**, e está devidamente justificada no contexto do planejamento da licitação.

#### **15. IMPACTOS AMBIENTAIS**

**15.1.** Não se vislumbra a ocorrência de possíveis impactos ambientais gerados pela contratação em estudo.

#### **16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

Atendendo ao disposto no **art. 11, inciso IV**, e no **art. 25 da Lei nº 14.133/2021**, bem como no **Decreto nº 7.746/2012**, esta contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, com vistas à promoção do **desenvolvimento nacional sustentável**.

Considerando a natureza do objeto — **mobiliário escolar**—, adotar-se-ão as seguintes diretrizes e critérios de sustentabilidade:

##### **16.1. Sustentabilidade Ambiental**

- **Origem legal da madeira** utilizada na fabricação dos armários e caminhas empilháveis, devidamente comprovada por meio de **Documento de Origem Florestal (DOF)** ou certificação ambiental reconhecida, como o **FSC (Forest Stewardship Council)** ou **CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal)**;
- Preferência por **materiais recicláveis ou reciclados** (plástico, aço ou madeira recomposta), conforme as especificações técnicas permitirem;
- Utilização de **tintas e vernizes à base de água**, livres de metais pesados e substâncias tóxicas;
- Exigência de **embalagens recicláveis ou retornáveis**, reduzindo o volume de resíduos sólidos;
- Estímulo a processos de **produção e transporte de baixo impacto ambiental**, com otimização logística e menor emissão de gases de efeito estufa.

#### **17. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES**

**17.1.** Não se aplica.

#### **18. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**18.1.** A presente demanda tem por objeto a aquisição de **caminhas empilháveis e armários escolares**, destinados ao atendimento das necessidades das unidades de ensino da rede municipal, com vistas à substituição, reorganização e ampliação do mobiliário existente nos ambientes da Educação Infantil e demais espaços pedagógicos.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**18.2.** As **caminhas empilháveis** deverão ser confeccionadas em materiais duráveis e atóxicos, estruturadas de forma a garantir estabilidade, segurança e conforto às crianças, apresentando superfície lavável, cantos arredondados, pés antiderrapantes e capacidade de suporte compatível com a faixa etária atendida. Os **armários escolares** deverão possuir estrutura em MDF, MDP ou aço com tratamento anticorrosivo, acabamento resistente, superfícies laváveis, divisórias internas para organização e dimensões adequadas ao uso escolar, observando padrões de ergonomia, segurança e boas práticas recomendadas pela ABNT para mobiliário escolar.

**18.3.** A solução proposta busca padronizar o mobiliário escolar de acordo com critérios técnicos e pedagógicos, garantindo melhor organização dos espaços, maior eficiência na rotina escolar e melhoria da ambiência educacional. As caminhas proporcionam um ambiente adequado para o descanso e acolhimento das crianças, enquanto os armários asseguram o armazenamento seguro e estruturado de materiais e pertences, contribuindo diretamente para ambientes mais funcionais, acessíveis e seguros.

**18.4.** A escolha das caminhas empilháveis justifica-se por sua funcionalidade e otimização do espaço físico, permitindo fácil organização, higienização e armazenamento, especialmente em unidades com turmas atendidas em período integral. Os armários escolares, por sua vez, são fundamentais para a organização dos materiais pedagógicos, preservação de recursos didáticos e promoção de um ambiente escolar ordenado e eficiente.

**18.5.** O planejamento considerou aspectos econômicos, sociais e ambientais, assegurando que o processo licitatório observe os princípios da legalidade, isonomia, economicidade e sustentabilidade, conforme o art. 11 da Lei nº 14.133/2021, garantindo a seleção de mobiliário adequado, durável e com melhor relação custo-benefício.

**18.6.** A contratação, a ser realizada por licitação pública, visa obter mobiliário escolar padronizado, seguro e de qualidade comprovada, com entrega integral e distribuída conforme as demandas apresentadas pelas unidades da rede municipal. A centralização do processo assegurará uniformidade, controle e racionalização dos recursos públicos.

**18.7.** A solução proposta representa a alternativa técnica e economicamente mais vantajosa, atendendo às metas de melhoria da infraestrutura física das escolas, qualificando os ambientes educativos e contribuindo diretamente para a elevação da qualidade do ensino público municipal.

### **19. MAPEAMENTOS DE RISCOS**

**19.1.** Em conformidade com o disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, realizou-se o mapeamento dos riscos relacionados à presente contratação, com o objetivo de identificar, avaliar e propor medidas preventivas e corretivas que assegurem a efetividade e a economicidade do processo de aquisição das caminhas empilháveis e dos armários escolares.

#### **19.2. Objetivo do Mapeamento**

**19.3.** Garantir a entrega dos bens conforme as especificações técnicas, prazos e quantidades definidas, evitando atrasos, inexecução contratual, fornecimento inadequado ou prejuízos à Administração Pública.

**19.4.** que possibilite o monitoramento e a atuação preventiva por parte da fiscalização contratual.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

**PROCESSO Nº 93315/2025**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Etapa	Descrição do Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Medidas Preventivas / Mitigadoras
Planejamento da Contratação	Levantamento incorreto da demanda ou quantidade insuficiente de itens.	Média	Alta	Alto	Revisão técnica da demanda pela equipe requisitante e validação junto às unidades escolares.
Pesquisa de Preços	Divergência entre valores de mercado e estimativa de preços	Média	Média	Médio	Utilização de múltiplas fontes (painel de preços, atas vigentes e cotações atualizadas com fornecedores).
Elaboração do Edital	Falhas nas especificações técnicas que comprometam a qualidade do objeto	Baixa	Alta	Médio	Revisão por equipe técnica e consulta a normas da ABNT aplicáveis ao mobiliário escolar.
Processo Licitatório	Ausência de propostas vantajosas ou desclassificação de licitantes por falhas documentais	Média	Média	Médio	Divulgação ampla do edital e esclarecimentos prévios a potenciais fornecedores.
Assinatura e Execução Contratual	Atraso na entrega dos produtos	Média	Alta	Alto	Previsão de cláusulas contratuais com penalidades por atraso e acompanhamento periódico do cronograma.
Execução Contratual	Entrega de produtos fora das especificações ou de qualidade inferior	Baixa	Alta	Médio	Fiscalização rigorosa, com verificação amostral e conferência das certificações exigidas.
Pós-entrega e Garantia	Ausência de assistência técnica ou	Baixa	Média	Baixo	Exigência de garantia mínima de 12 meses e



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

PROCESSO Nº 93315/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

	substituição de itens com defeito				contato direto com o fabricante ou fornecedor.
Gestão do Contrato	Falhas na comunicação entre setor requisitante, fiscalização e fornecedor	Média	Média	Médio	Designação formal de gestor e fiscal do contrato, com registro de todas as ocorrências.

#### 20. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Após a análise técnica da demanda, da estimativa de quantidades, da pesquisa de preços realizada no **Painel de Preços do Governo Federal**, das atas vigentes e das cotações obtidas junto a fornecedores do setor, conclui-se que **a contratação para aquisição de 800 (oitocentas) caminhas infantis e 60 (sessenta) armários escolares** apresenta-se **viável, oportuna e vantajosa** para a Administração Pública.

A solução proposta **atende plenamente à necessidade identificada** nas unidades escolares, garantindo a substituição e ampliação do mobiliário existente, com **melhor aproveitamento do espaço físico, adequação ergonômica e melhoria da ambiência pedagógica**.

O levantamento de mercado e o mapeamento de riscos demonstram **condições favoráveis de fornecimento**, com ampla oferta de fornecedores, **viabilidade técnica de execução e compatibilidade orçamentária** com os recursos disponíveis.

Foram observados os **critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica**, bem como os princípios da **eficiência, economicidade, legalidade e transparência**, previstos na **Lei nº 14.133/2021** e no **Decreto nº 7.746/2012**.

Dessa forma, declara-se **viável a contratação proposta**, recomendando-se a continuidade do processo para **elaboração do Termo de Referência e abertura do procedimento licitatório**, a fim de assegurar a aquisição do mobiliário escolar nas condições mais vantajosas para a Administração.

#### 21. DOS ANEXOS

##### ANEXO 1- PLANILHA DESCRITIVA E QUANTITATIVA

Item	Descrição	Quantidade
01	Caminhas infantis empilháveis	800
02	Armários escolares	60



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

**PROCESSO Nº 93315/2025**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Paranaguá, 12 de fevereiro de 2026.

**Thiago Casas do Nascimento**

**Secretário Municipal de Educação**

**Decreto 1443/2025**



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

PROCESSO Nº 93315/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### ANEXO III

#### MINUTA DO FUTURO E EVENTUAL CONTRATO ADMINISTRATIVO

PROCESSO XXXX

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2026 QUE FAZEM ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, através da Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 76.017.458/0001-15, com sede na Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá, Paraná, neste ato representado pelo Ilmo. Sr. Secretário Municipal nos termos do Decreto Municipal \_\_\_\_\_ Paranaguá, Paraná.

CONTRATADA \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na Cidade de \_\_\_\_\_, Estado do \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, neste ato representada por Sr.(a). \_\_\_\_\_ (Cl. RG. nº \_\_\_\_\_ – CPF. nº \_\_\_\_\_), brasileiro(a), \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na Cidade de \_\_\_\_\_, Estado do \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_.

As partes acima qualificadas, MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, resolvem pactuar o presente Contrato Administrativo e que se regerá pelas cláusulas a seguir, Decreto 10024/2019 LC 123/06 com alteração dada pela LC 147/14, Decretos Municipais e subsidiariamente pela Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações, e pelas condições estabelecidas no Edital e Anexos do Pregão Eletrônico nº 027/2026 do qual ficam fazendo parte integrante, independentemente de transcrição, os documentos:

- a) Edital de Pregão Eletrônico 027/2026.
- b) Proposta apresentada pela CONTRATADA em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATADO

1.1. O objeto do presente contrato é a aquisição de 800 (oitocentas) caminhas infantis empilháveis e 60 (sessenta) armários escolares, destinados às unidades de ensino da rede municipal - SEMEDI, conforme edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência (Anexo I), nos termos do procedimento licitatório modalidade Pregão Eletrônico nº 027/2026.

1.2. Elementos característicos:

**Caminhas empilháveis:** Caminha empilhável confeccionada em estrutura tubular metálica com pintura epóxi, leito em tela sintética lavável e respirável, bordas arredondadas para maior segurança e pés com encaixe que permitem empilhamento estável. Possui dimensões adequadas para crianças da educação infantil, garantindo conforto, durabilidade e fácil higienização, devendo atender à ABNT NBR 14006:2008 (classe 1) e à ABNT NBR 15860:2010.

**Armário escolar:** Armário escolar confeccionado em MDF de alta densidade revestido em laminado melamínico, com bordas em fita de PVC e cantos arredondados para segurança. Possui prateleiras internas, portas com puxadores anatômicos e ventilação adequada, garantindo resistência, durabilidade e fácil limpeza no uso escolar diário, devendo atender à ABNT NBR 14006:2008 (classe 1) e à ABNT NBR 15860:2010.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1.3. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº 027/2026 e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_, inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transporte, seguros, tributos, contribuições fiscais, parafiscais, emolumentos e custos de qualquer outra natureza que forem devidas, para entrega na unidade compradora.

2.2. O CONTRATANTE não se responsabilizará por despesa, efetuada pela CONTRATADA, que não tenha sido expressamente acordada no presente instrumento.

2.3. As despesas decorrentes de eventual e futura contratação, oriunda da presente licitação, correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

Referência dotação	Órgão	Unidade	Função	Ação	Elemento	Vínculo
1799	11	02	12	2082	3449052000000000000	1647

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

#### CLÁUSULA QUARTA – PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DA GARANTIA DO PRODUTO

##### 4.1. Requisitos Gerais de Qualidade

- 4.1.1. Produtos novos, de primeiro uso e livres de defeitos;
- 4.1.2. Materiais não tóxicos, laváveis e de fácil limpeza, adequados ao ambiente infantil;
- 4.1.3. Estruturas com bordas e cantos arredondados, garantindo segurança no manuseio e uso;
- 4.1.4. Garantia mínima de 12 (doze) meses a contar do recebimento definitivo;
- 4.1.5. O fabricante deverá possuir certificação ISO 9001 ou equivalente;

4.2. Prazo máximo para início da entrega: até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho ou assinatura do contrato;

4.3. Prazo total para conclusão da entrega e montagem: até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho;

4.4. Entrega parcelada poderá ser aceita desde que previamente autorizada pela Administração, observando a disponibilidade das unidades escolares e o cronograma de recebimento.

4.5. Os materiais deveram ser entregues e montados no almoxarifado da SEMEDI – Secretaria Municipal de Educação de Segunda-feira a Sexta-feira das 8h às 17:00h, no endereço Rua Alberto Gomes Veiga, 897 Vila Horizonte, Paranaguá, Paraná, em conformidade com as especificações constantes neste Termo de



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

#### **PROCESSO Nº 93315/2025**

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Referência. Os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, originais do fabricante, estar de acordo com a proposta de preços do proponente e com todas as demais disposições constantes no Edital.

4.6. A execução do objeto será realizada mediante fornecimento e entrega de caminhas empilháveis e armários escolares, nas quantidades e especificações estabelecidas neste Termo de Referência, abrangendo todas as etapas necessárias para o cumprimento integral da obrigação contratual, incluindo:

4.6.1. Transporte, descarga, entrega e montagem dos mobiliários nas unidades escolares indicadas pela Secretaria Municipal de Educação;

4.6.2. Fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários para a perfeita execução do serviço;

4.6.3. Acondicionamento adequado dos produtos durante o transporte e armazenamento, assegurando a integridade física até o recebimento definitivo;

4.6.4. Embalagem individual e proteção adequada contra impactos, umidade e poeira, garantindo a preservação das caminhas e armários;

4.6.5. Assistência técnica e substituição de peças ou itens defeituosos durante o período de garantia.

4.6.6. A execução será acompanhada e fiscalizada pela equipe técnica designada pela Secretaria Municipal de Educação, que verificará a conformidade dos materiais entregues e elaborará o termo de recebimento provisório e definitivo.

4.7. A entrega e montagem dos itens deverão ocorrer no almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação das 08:00 às 17:00 horas de segunda-feira a sexta-feira, no endereço Rua Alberto Gomes Veiga, 897 Vila Horizonte, Paranaguá, Paraná.

4.8. O recebimento dos mobiliários ocorrerá em duas etapas, conforme o art. 141 da Lei nº 14.133/2021:

4.8.1. Recebimento Provisório: para efeito de verificação da conformidade dos produtos com o Termo de Referência;

4.8.2. Recebimento Definitivo: após a conferência final e aprovação da equipe técnica responsável, lavrando-se o respectivo termo de recebimento.

4.8.3. O objeto será imediatamente recusado quando entregue com especificações diferentes das contidas no Termo de Referência e da proposta feita no procedimento licitatório.

4.8.4. Constatada esta ocorrência, após a notificação por escrito à empresa contratada, será suspenso o pagamento, até que seja sanada a situação. O objeto que for recusado, a critério da Administração, deverá ser substituído, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Paranaguá.

4.8.5. Se a entrega e/ou a substituição do produto não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor ficará sujeito às sanções administrativas previstas no Edital e no Contrato.

4.8.6. A apresentação do objeto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características, marca, procedência, número do lote, qualidade, quantidade, composição, bem como os riscos que apresentam à saúde e a segurança dos usuários quando for o caso;

4.8.7. Todos os lotes devem ser entregues à contratante em total conformidade com as normas vigentes estabelecidas por órgãos reguladores e fiscalizadores;





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

#### **PROCESSO Nº 93315/2025**

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

4.8.8. O recebimento do objeto, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características do objeto entregue, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo do contrato.

4.8.9. O fiscal do contrato é responsável pelo recebimento dos bens, avaliação e conferência dos materiais entregues. Será procedida a verificação de acordo com as características descritas nesse Termo de Referência, sendo posteriormente aferida a conformidade e atestado por escrito o cumprimento das exigências.

4.8.10. O produto será recusado nos seguintes casos:

- a) Quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório, e quando apresentarem qualquer defeito durante a vigência do Contrato;
- b) Caso seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo;
- c) Caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação.

4.8.11. Uma vez entregues os produtos, iniciar-se-á a etapa de verificação que compreenderá os seguintes procedimentos:

4.8.11.1 Cada produto será verificado de acordo com as características descritas no item 3 deste edital, sendo posteriormente aferida a conformidade e testado o seu perfeito funcionamento.

4.8.12. Todos os lotes devem ser entregues à contratante em total conformidade com as normas vigentes estabelecidas por órgãos reguladores e fiscalizadores.

4.9. O fornecedor se obriga a prestar assistência técnica durante o prazo de garantia de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo;

4.9.1. A garantia abrange vícios de qualidade ou quantidade que tornem o objeto impróprio ou inadequado ao uso ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza.

4.9.2. O fornecedor fica ciente de que se houver incompatibilidade de suas informações, com as características apresentadas pelos produtos estará sujeita as sanções previstas na legislação vigente e a não substituição pelo produto adequado será considerada como recusa de entrega.

### **CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1. Os pagamentos serão feitos mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestada pelo Secretário da respectiva Secretaria Municipal, observado os termos do Decreto Municipal 4319/2023, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma através de crédito em conta corrente à agência bancária, constantes na proposta de preços do PROMITENTE FORNECEDOR.

5.2. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira.

5.3. É de responsabilidade da Contratada a emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação. Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

5.4. A Prefeitura Municipal de Paranaguá reserva o direito de não atestar a Nota Fiscal/Fatura para o pagamento caso os materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências contidas neste Edital e seus anexos



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

5.3. O fornecedor deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação durante a vigência do Contrato e das contratações que com base nela se derem, bem como, para requerer o pagamento, deverá apresentar nota fiscal, fatura eletrônica ou instrumento equivalente, acompanhados dos documentos necessários e exigidos quando do certame, nos termos do Edital.

5.4. As demais condições do pagamento devem atender as disposições editalícia.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. A empresa vencedora da licitação, doravante denominada Contratada, deverá observar integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual, sendo de sua exclusiva responsabilidade:

6.1.2. Fornecer os produtos novos, de primeiro uso, em conformidade com as especificações técnicas e quantidades estabelecidas;

6.1.3. Efetuar o transporte, entrega e montagem dos mobiliários nas unidades escolares designadas, por conta e risco próprios;

6.1.4. Garantir que todos os materiais empregados sejam não tóxicos, laváveis e seguros para uso infantil;

6.1.5. Garantir que a embalagem, o manuseio e o transporte sejam adequados, de modo a evitar danos durante o percurso até o destino final;

6.1.6. Substituir, sem ônus para a Administração, qualquer item que apresente defeitos de fabricação, avarias ou não atenda às especificações estabelecidas;

6.1.7. Prestar assistência técnica durante o prazo de garantia de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo;

6.1.8. Cumprir rigorosamente os prazos de entrega e montagem;

6.1.9. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

6.1.10. Responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio público, servidores ou terceiros, em decorrência de sua atuação;

6.1.11. Atender prontamente às solicitações da fiscalização designada pela Secretaria Municipal de Educação.

6.1.12. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia, nota de empenho, número da licitação e do contrato.

6.1.13. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, sempre as suas expensas no todo ou em parte, o objeto, quando se verificar(em) imperfeição(ões), defeito(s) ou incorreção(ões) resultante(s) da entrega ou transporte do mesmo;

6.1.14 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.1.15. Arcar com todos os custos necessários ao completo fornecimento dos produtos, bem como ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

6.1.16. Se responsabilizar pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da contratação, bem como encontrar-se em regularidade perante o INSS e FGTS;

6.1.17. Responsabilizar-se por danos causados a qualquer agente, que sejam provenientes de falha no funcionamento, redução em níveis de proteção ou segurança, de problemas funcionais apresentados em decorrência de alteração e/ou falha de projeto, de alteração da destinação ou finalidade do equipamento que vise adaptar, reduzir custo, ou auferir lucro indevido, seja por culpa ou dolo, sujeitando-se às sanções legais vigentes.

6.1.18. Executar fielmente o fornecimento do objeto, entregando os produtos nas quantidades pactuadas, de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência.

6.1.19. Comunicar aos representantes da CONTRATANTE, qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante o fornecimento.

6.1.20. A CONTRATADA deverá fornecer declaração comprometendo-se a fornecer peças de reposição originais ou genuínas necessárias à manutenção, pelo período de 5 (cinco) anos ou realizar a substituição por equipamento de configuração superior.

6.1.21. Informar imediatamente a CONTRATANTE as alterações de dados, como, por exemplo, endereços, telefones, nome de representantes, que possam influenciar na comunicação das partes.

6.1.22. Responsabilizar-se pela aquisição de quaisquer equipamentos, softwares, licenças ou componentes necessários ao cumprimento do objeto.

6.1.23. A omissão de qualquer despesa ou custo necessário à perfeita execução do objeto deste Termo de Referência será interpretada como já incluída nos preços, não podendo a CONTRATADA pleitear quaisquer acréscimos não constantes da proposta comercial.

6.1.24. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.1.25. Em atendimento ao disposto no art. 31 da Lei nº 8.078/90, a apresentação do equipamento deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características, marca, procedência, qualidade, quantidade, preço, garantia e outros, bem como o(s) risco(s) que apresenta(m) à saúde e a segurança dos usuários, quando for o caso.

6.1.26. No ato da entrega, caso os equipamentos ofertados tenham saído de linha de produção do fabricante, deverá ser entregue aqueles que substituíram os antigos, ou seja, os mais atualizados ou superiores, sem ensejar ônus para a CONTRATANTE, devendo ser apresentada a respectiva comprovação da descontinuidade.

6.1.27. A fornecedora deverá entregar, junto aos equipamentos licitados, o certificado de garantia do fabricante original traduzido para o português, se for o caso.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. Compete à Secretaria Municipal de Educação, doravante denominada Contratante, o cumprimento das seguintes responsabilidades:

7.1.1. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução do objeto contratual, por meio de servidor ou comissão designada;

7.1.2. Fornecer à Contratada todas as informações necessárias à correta execução dos serviços e entregas;

7.1.3. Disponibilizar acesso ao Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação nos horários previamente acordados para entrega e montagem;

7.1.4. Receber provisoriamente os produtos, procedendo à conferência de conformidade com as especificações;

7.1.5. Emitir o termo de recebimento definitivo, após a verificação da integridade e qualidade dos produtos;

7.1.6. Efetuar o pagamento devido, conforme prazos e condições estabelecidas em contrato;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

7.1.7. Comunicar formalmente à Contratada qualquer irregularidade ou não conformidade observada durante a execução do contrato.

7.1.8. Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes no termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;

7.1.9. Comunicar, por escrito, à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas no termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;

7.1.10. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado;

7.1.11. Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

### CLÁUSULA OITAVA – DO CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. Nos termos da Lei nº 14133/2021, a fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação será realizada pelos fiscais apresentados pela Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Decreto nº 4.319/2023, de modo que não se considerará entregue os bens, objeto desta licitação, e por consequência não serão autorizados os pagamentos aos contratados, sem que tenham sido observadas as exigências e formalidades do referido Decreto, com a verificação dos quantitativos, das especificações técnicas e demais conformidades constantes no Termo de Referência, do edital e do contrato.

8.2. A fiscalização de que trata este item, não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com artigo 140 da lei 14133/2021

8.3. O acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Educação, por meio dos servidores:

FISCAL: Joel Caetano dos Santos Junior, matrícula: 10987-1

FISCAL SUBSTITUTO: Jaqueline Velloso da Cruz, matrícula: 95115-1.

8.4. Compete ao fiscal do contrato, além de outras que sejam disciplinadas pela legislação atinente a matéria, as atribuições abaixo relacionadas:

8.5. Ter o pleno conhecimento dos termos contratuais que fiscalizará, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações, tanto da administração municipal (contratante) quanto da contratada;

8.6. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital da licitação, seus anexos, planilhas, cronogramas, etc.;

8.7. Comunicar ao gestor do contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;

8.8. Recusar o serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela administração;

8.9. Comunicar por escrito ao gestor do contrato qualquer falta cometida pela empresa;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

#### **PROCESSO Nº 93315/2025**

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

- 8.10. Ler atentamente ao termo de contrato e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução;
- 8.11. Notificar a contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação;
- 8.12. Receber e encaminhar imediatamente as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas, observando previamente se a fatura/nota fiscal apresentada pela contratada refere-se ao objeto que foi efetivamente contratado;
- 8.13. Fiscalizar a manutenção, pela contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários a avaliação;
- 8.14. Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado;
- 8.15. Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados a administração;
- 8.16. Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços, bem como seus preços e quantitativos, estão sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;
- 8.17. Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas.

### **CLÁUSULA NONA – REVISÃO DE PREÇOS**

- 9.1. A revisão dos preços registrados não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, devendo ser mantida a diferença percentual apurada entre o preço originalmente oferecido pela promitente e o preço de mercado vigente à época da licitação.
- 9.1.1 O reajustamento de preços, quando e se for o caso, será efetuado na periodicidade prevista em lei nacional, considerando-se a variação ocorrida desde a data do orçamento estimado, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido no contrato, índice IPCA NACIONAL.
- 9.1.2 A data do orçamento estimado a que se refere o caput deste artigo é a data em que o orçamento ou a planilha orçamentária foi elaborada, independente da data da tabela referencial utilizada, se for o caso.
- 9.2. O preço registrado poderá ser revisto a qualquer tempo, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Município de Paranaguá convocar os fornecedores para negociar o novo preço.
- 9.3. A contratada deverá demonstrar de maneira clara, a composição do preço de cada lote/ item constante de sua proposta, através de Planilha de Composição de Custos contendo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.
- 9.4. A não apresentação da Planilha de Composição de Custos impossibilitará o Município de Paranaguá em proceder a futuras revisões de preços, caso venha à contratada solicitar equilíbrio econômico-financeiro.
- 9.5. A cada pedido de revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada, demonstrando a nova composição do preço.
- 9.6. A critério da Administração Pública Municipal poderão ser exigidas da contratada as listas de preços expedidas pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.
- 9.7. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração Municipal adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias.

9.7.1 A revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em sentido estrito é decorrência da teoria da imprevisão, tendo lugar quando a interferência causadora do desequilíbrio econômico-financeiro consistir em um fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário, isto é, que não esteja previsto no contrato, e nem poderia estar.

9.8 A revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro em sentido estrito deverá ser processado e analisado pela Comissão Especial Permanente de Fiscalização dos Contratos Administrativos Municipais - CEFECAM, nos termos do §2º, do art. 47 da Lei Complementar Municipal 192/2016.

9.9 A revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro em sentido estrito pode ser concedido a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que verificados os seguintes requisitos:

I - o evento seja futuro e incerto;

II - o evento ocorra após a apresentação da proposta;

III - o evento não ocorra por culpa da contratada;

IV - a possibilidade da revisão contratual seja aventada pela contratada ou pela contratante;

V - a modificação seja substancial nas condições contratadas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos da contratada e a retribuição do contratante;

VI - haja nexo causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da contratada;

VII - seja demonstrado nos autos a quebra de equilíbrio econômico - financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.

9.10. O percentual diferencial entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da licitação, devidamente apurado.

9.11. A revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná ([www.diariomunicipal.com.br/amp](http://www.diariomunicipal.com.br/amp)).

9.12. É vedado à contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

9.13. A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e o disposto no art. 169 e seguintes do Decreto Municipal 4.319/2023, que são soberanas às previstas neste Edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1. A aplicação de penalidades às licitantes e às contratadas reger-se-á conforme o estabelecido no Título IV, Capítulo I – Das Infrações Administrativas, da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas descritas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, àquele que:

b) der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave art. 156, §2º, da Lei Federal 14.133/21;

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, pelo período de um a três anos;
- b) dar causa à inexecução total do contrato, pelo prazo máximo de três anos;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, pelo prazo máximo de três anos;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, pelo prazo máximo de três anos;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, pelo prazo máximo de três anos;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, pelo prazo máximo de três anos;

#### 10.2.2.1. Considera-se inexecução total do contrato:

- a) recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
- b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

#### 10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, àquele que:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

10.2.3.1. As infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do Art 155 da Lei Federal 14.133/21, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.2.3.2. A aplicação da sanção prevista no item 10.2.3 será aplicada pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 anos;

10.2.4. Multa, que será calculada na forma prevista no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, e poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21, observando-se os seguintes parâmetros:

- a) No caso de inexecução parcial do contrato, nos termos dos incisos I a II do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a multa será de 5% do valor do contrato.
- b) No caso de inexecução total do contrato, conforme prevista no inciso III do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a multa será de 10% do valor do contrato.
- c) Para infrações descritas nos incisos IV a VII, do art. 155, da Lei nº 14.133/2021 a multa será de 5% do valor do contrato.
- d) Para as infrações descritas nos incisos VIII a XI, do art. 155, da Lei nº 14.133/2021 acima, de 10% do valor do contrato.
- e) Configurado o atraso na entrega/execução do objeto, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) podendo ser cobrado por dia de atraso, calculado sobre o valor total do item/lote, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- f) O atraso na execução/entrega do objeto contratado superior a 30 (trinta) dias autoriza o Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.5. Configurado o atraso na entrega/execução do objeto, fica estipulado o percentual de 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) podendo ser cobrado por dia de atraso, calculado sobre o valor total do item/lote, limitado ao percentual de 20%. A multa de mora não impede as demais sanções previstas nos termos do art. 162, da Lei Federal nº 14.133/2021.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

10.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

10.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

10.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações do CONTRATANTE, pela CONTRATADA serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor da CONTRATANTE, ou cobrados judicialmente.

10.5.1. Se a CONTRATADA não tiver valores a receber do CONTRATANTE, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior.

10.6. A aplicação de multas, bem com a rescisão do contrato, não impede que o CONTRATANTE aplique à CONTRATADA as demais sanções previstas neste contrato.

10.7. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL**

11.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.3. Indenizações e multas.

11.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FACULDADE DE EXIGIBILIDADE**

13.1. Fica estabelecido que na hipótese de a CONTRATANTE deixar de exigir da CONTRATADA qualquer condição deste contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando como renúncia de exigi-la em oportunidades futuras.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

14.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas nos seguintes diplomas legislativos: Lei nº 14133/2024, Decreto 10024/2019, Lei Complementar nº 123 e alterações pela Lei Complementar 147/2014, e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

#### PROCESSO Nº 93315/2025

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

público (coletivo). Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pela CONTRATANTE, de acordo com as normas vigente e passíveis de aplicação ao caso.

14.2. Eventuais dúvidas sobre a execução e interpretação das Cláusulas do presente contrato serão solucionadas por meio da aplicação do princípio constitucional da proporcionalidade, da boa-fé objetiva (art. 422, do Código Civil) e da função social dos contratos (art. 421 e 2.035, parágrafo único, do Código Civil), bem como de conformidade com os princípios gerais de direito, levando-se em conta sempre e preponderantemente o interesse público (coletivo) a ser protegido/tutelado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ANTI FRAUDE E CORRUPÇÃO**

15.1. Para os propósitos desta cláusula, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

- a) - “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) - “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) - “prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) - “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar, causar dano direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) - “Prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados a licitação e à execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE**

16.1. Uma vez firmado o presente Contrato terá ele seu extrato publicado no periódico Diário Oficial dos Municípios do Paraná, pelo CONTRATANTE, em cumprimento ao disposto no art. 94 da lei 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

17.1. O critério de julgamento da presente licitação é o MENOR PREÇO DO ITEM.

17.2. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no edital nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. Fica eleito o foro da Cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

**PROCESSO Nº 93315/2025**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam a presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Paranaguá XXXX de \_\_\_\_\_ de 2026

---

SECRETÁRIO MUNICIPAL

---

(Nome da empresa)

---

Testemunha

---

Testemunha



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

PROCESSO Nº 93315/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### ANEXO IV

#### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A

Prefeitura Municipal de Paranaguá

Empresa: \_\_\_\_\_

Denominação social: \_\_\_\_\_

Inscrição estadual ou municipal: CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: E-mail: Telefone: \_\_\_\_\_

1) Pela presente, declaro inteira submissão aos preceitos legais em vigor, e às cláusulas e condições estabelecidas para o Pregão Eletrônico nº 027/2026.

2) Proponho executar o lote abaixo indicado, de acordo com o especificado no Edital, pelos preços discriminados, asseverando que em caso de divergência dos preços apresentados em algarismo e por extenso, prevalecerão estes últimos

3) Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto, considerando que o produto será entregue no estabelecimento do contratante, assim como os valores referentes às perdas inerentes ao processo;

4) Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias.

LOTE	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	QUANTID.	VALOR TOTAL (R\$)
	<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$</b>

#### Observações:

1 – Para a elaboração da proposta de preços, os valores unitários não poderão ultrapassar os valores estipulados em edital.

2 – A empresa licitante não deverá ser identificada até a conclusão da fase de lances.

3 – Caso haja necessidade de inclusão de anexos no site do Compras.Gov, por ocasião da apresentação da proposta, não poderá haver qualquer identificação da empresa licitante nos mesmos, caso contrário, ocorrerá a sua desclassificação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Paranaguá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome da Empresa

CNPJ:

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Representante Legal da Empresa licitante)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

**PROCESSO Nº 93315/2025**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**ANEXO V**

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL –  
ARTIGO 7 INCISO XXXIII

O licitante \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o \_\_\_\_\_, sediado na \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade RG \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, DECLARA, para os fins do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva:

(    ) Emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Paranaguá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Carimbo

Observação: em caso afirmativo, assinar a ressalva acima.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

**PROCESSO Nº 93315/2025**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS**

(Modelo)

O licitante \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o \_\_\_\_\_, sediado na \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade RG \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, para cumprimento do previsto no inciso I do art. 63º da Lei nº 14.133/2021 e para os fins do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

Paranaguá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

**PROCESSO Nº 93315/2025**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**ANEXO VII**

**DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS**

O licitante \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o \_\_\_\_\_, sediado na \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade RG \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei e para fins de direito, em cumprimento ao instrumento convocatório da licitação supracitada, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Paranaguá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Carimbo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

**PROCESSO Nº 93315/2025**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE**

O licitante \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o \_\_\_\_\_, sediado na \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade RG \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, DECLARA para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que não possui em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

Paranaguá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Carimbo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

**PROCESSO Nº 93315/2025**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**ANEXO IX**

**DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: \_\_\_\_\_

DOCUMENTO DE IDENTIDADE

Nº: \_\_\_\_\_ ÓRGÃO EMISSOR: \_\_\_\_\_

CPF Nº: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO ELETRÔNICO: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO

COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA: \_\_\_\_\_

Paranaguá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Carimbo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

**PROCESSO Nº 93315/2025**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**ANEXO X**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE  
MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(Na hipótese do licitante ser ME ou EPP)

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, CNPJ/MF  
nº \_\_\_\_\_, sediada (ENDEREÇO  
COMPLETO) \_\_\_\_\_, declaro(amos) para todos os fins de  
direito, especificamente para participação de licitação na MODALIDADE DE PREGÃO  
ELETRÔNICO Nº 027/2026, que estou(amos) sob o regime de ME/EPP, para efeito do disposto na  
LC nº 123/2006.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura devidamente identificada do  
representante legal da empresa proponente  
(apontado no contrato social ou procuração  
com poderes específicos)